

Capítulo 6

A progressiva afirmação de uma democracia com povo: as eleições de 1955 e a intervenção político-militar em nome da legalidade*

No Brasil, os anos 50 foram marcados pelo intenso debate com relação aos preceitos e valores fundamentais do sistema democrático. Influenciado pelo tenso cenário da Guerra Fria e permeado por traços autoritários e repressivos, o governo de Eurico Gaspar Dutra chega a ser interpretado por alguns autores até mesmo como uma continuação do Estado Novo. Conforme aponta César Guimarães, foi na campanha para o pleito de 1950 e durante o governo eleito de Getúlio Vargas que efetivamente se inaugura o processo de ampliação democrática tentado há alguns anos⁷⁷⁸. Esta afirmação se reforça ainda mais quando se analisa o debate acerca da valorização e qualificação da participação popular no processo eleitoral. Embora ainda estivesse inevitavelmente “preso” ao passado e aos impactos da experiência varguista no poder, o debate eleitoral neste pleito já apontava para o futuro, discutindo fundamentalmente os possíveis limites do regime democrático e “qualificando” a ação popular.

Para compreender este novo cenário e buscar alternativas de inserção positiva no jogo político de então, os distintos atores políticos em disputa lançaram mão de diferentes formas de compreensão dos conceitos de democracia, povo e legalidade na busca de aglutinar forças em torno de seus projetos, ou desqualificar propostas distintas. Este movimento se deu não apenas em função de situações específicas do confronto político de momento, mas também vinculado a uma transformação mais ampla e duradoura, que dizia respeito à solidificação de instrumentos que garantiriam a eficácia do novo regime e a compreensão do papel do povo neste tempo democrático.

* Para elaboração de determinadas partes dos três capítulos que se seguem, considerei as pesquisas e reflexões presentes em minha dissertação de mestrado para o Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura da PUC-Rio, defendida em 2010. Mario Angelo Miranda. *A Questão da legalidade no contexto das crises políticas de 1955 a 1964 no Brasil*. Dissertação de Mestrado. PUC-Rio, Departamento de História, 2010.

⁷⁷⁸ Ver, César Guimarães. Vargas e Kubitschek: A longa distância entre a Petrobrás e Brasília. In: Maria Alice Rezende de Carvalho; Renato Lessa. *República no Catete*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001, p. 156-157.

Às vésperas das eleições presidenciais de 1955, ganharia proeminência um discurso em prol do respeito aos pressupostos constitucionais e aos princípios democráticos, que seria acompanhado de uma série de transformações na estrutura organizacional do processo eleitoral, como a instituição da chamada cédula eleitoral, que diminuiriam em muito as possibilidades de coação e controle do voto. A sucessiva implantação de instrumentos que garantiam a participação independente nos pleitos eleitorais reforçou a inevitabilidade da presença do povo enquanto ator decisivo no processo, dificultando ainda a desqualificação do papel da nova massa de eleitores que desde 1945 inseria-se efetivamente na vida política nacional. Isto levou os grupos políticos em disputa, aos poucos, a adotar outras estratégias de articulação e incorporar novos elementos a seus discursos.

Para tentar analisar este conjunto de transformações, este capítulo se divide em três momentos. Em sua primeira parte, ainda que de forma concisa, procurou-se dar conta do processo eleitoral e do governo democrático de Getúlio Vargas, realçando os debates acerca da ideia de democracia e participação popular. Em uma segunda seção, fundamentada especificamente na pesquisa nos jornais, analisa-se a campanha eleitoral de 1955. Naquele cenário, tanto os grupos que pretendiam inviabilizar o pleito em função dos “vícios” do passado quanto aqueles que defendiam a manutenção dos preceitos constitucionais e legais e, conseqüentemente, a realização, sem qualquer mudança, das eleições, fundamentaram seus discursos no desejo do estabelecimento de um ambiente de plena democracia, oriundo da vontade consciente do povo, que orientasse o país rumo ao nível das “grandes nações” do mundo. Contudo, apresentaram distintas interpretações sobre estes conceitos. Seguindo o desenrolar dos acontecimentos, a terceira parte do capítulo centra-se nos debates que imediatamente sucederam estas eleições que consagraram a vitória de Juscelino Kubitschek e João Goulart para presidente e vice-presidente da República respectivamente. Imediatamente após o pleito, instalou-se no país uma crise política que culminou com uma intervenção político-militar em 11 de novembro de 1955, notadamente nomeada por seus próprios dirigentes *Movimento de Retorno aos Quadros Constitucionais Vigentes*. Naquele ambiente de tensão política, a ideia de legalidade democrática e sua “conquista” ganhou proeminência nos debates acerca da diplomação ou não dos candidatos eleitos, constituindo-se em elemento decisivo para a aglutinação de forças em torno da ação que garantiu a posse dos eleitos. Mais uma vez, tanto

os defensores da posse quanto aqueles que se opunham a ela, ainda que sob distintos matizes, afirmavam estar ao lado da legalidade.

6.1 – A experiência democrática de Vargas e os limites à ação popular

Além da discussão acerca da atuação comunista, o governo de Eurico Dutra foi permeado pelo grande debate nacionalista em torno da chamada *campanha do petróleo*. As discussões acerca das formas de exploração do petróleo geraram acalorados debates, não só na Assembleia Constituinte como nas inúmeras reuniões do Clube Militar⁷⁷⁹. Cada vez mais importante para a indústria e para os transportes, o controle do petróleo pelo Estado, além de estratégico para defesa do território brasileiro, era entendido por muitos como fundamental para o desenvolvimento nacional⁷⁸⁰. O governo enviou ao Congresso um projeto de criação do estatuto do petróleo que permitia a participação do capital estrangeiro em todas as fases da produção. Após imensa pressão popular, exercida nas ruas pelos mais variados setores da sociedade organizados em torno do lema “O petróleo é nosso” e em inúmeros comitês espalhados por todo o Brasil, o projeto do estatuto foi arquivado ainda em 1948.

Em verdade, o projeto inicial se alinhava com uma estratégia de condução econômica liberal aplicada a amplos setores da economia, elaborada no escopo das articulações com a UDN e o PR para sustentação política do governo.

⁷⁷⁹ O Clube Militar acompanhou intensamente as vicissitudes da política brasileira de então, canalizando e organizando o embate entre as diversas correntes de pensamento no interior das Forças Armadas e constituindo-se em canal de expressão das demandas destas correntes e lugar de confronto institucionalizado com a hierarquia militar. Durante o governo Dutra, questões como a gestão sob o ponto de vista nacionalista dos recursos minerais “estratégicos” para a nação, como o petróleo, assumiram particular proeminência, sendo tema de diversos artigos da revista do Clube. Para mais detalhes ver. Antonio Carlos Peixoto. O Clube Militar e o confronto no seio das forças armadas (1945-1964). In: Alain Rouquié (org.). *Os Partidos Militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1980, p. 71-75; 81-92.

⁷⁸⁰ De acordo com Gerson Moura, três perspectivas se colocavam diante do tema da exploração do petróleo. O nacionalismo estatizante defendia o controle governamental e a criação de uma empresa estatal monopolista para controlar a exploração. Desta forma, o petróleo, de valor estratégico na economia e nas questões militares, estaria protegido da ação dos trustes internacionais. O nacionalismo liberal compartilhava estes temores, mas desconfiava da capacidade de gestão do Estado. Assim, defendia a entrega da exploração a uma empresa privada brasileira. Já os cosmopolitas, classificados pejorativamente como entreguistas pelos nacionalistas, entendiam que o mais importante era produzir energia. Logo, os fins justificavam os meios e o capital estrangeiro daria importante contribuição técnica e financeira. Ver, Gerson Moura. *A Campanha do Petróleo*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

Contudo, os sonhados investimentos norte-americanos, supostamente estimulados por uma política externa de aproximação, nunca chegaram. A escassez de recursos se evidenciou no acelerado esgotamento das reservas cambiais nacionais cuja tentativa de solução passou por um violento arrocho salarial. A imagem desgastada do governo não impediu a manutenção de uma política repressiva aos sindicatos com real ou aparente proximidade ao comunismo, igualmente adotada para com os nacionalistas inseridos na “campanha do petróleo” também identificados ao comunismo⁷⁸¹. Em 1949, após longa discussão nas comissões do Congresso Nacional, chegou ao plenário da Câmara dos Deputados o projeto de Lei de Segurança Nacional, elaborado em junho de 1947⁷⁸². A discussão da lei mais uma vez evidenciou a tensão entre distintas concepções acerca da ideia de democracia que se vinculavam não somente a aspectos doutrinários, como também a cálculos eleitorais. Se por um lado, setores do parlamento insistiam na “adequação” da democracia brasileira a um modelo “vigilante”, que protegesse a nação dos perigos do extremismo comunista, por outro, muitos ainda entendiam que uma *Lei de Segurança do Estado* não se coadunava com as garantias às liberdades civis e políticas inerentes a um estado verdadeiramente democrático⁷⁸³. Em meio a muitas idas e vindas e propostas de emendas que se arrastaram para o ano seguinte, o projeto não foi aprovado. No mês de julho, diante do “agravamento das tensões mundiais”, o governo realizou mais uma investida sem sucesso para a aprovação urgente da lei. Naquele momento, a proximidade de novas eleições parlamentares e presidenciais já se constituía no único tema efetivamente relevante para os congressistas. Com as campanhas já em

⁷⁸¹ César Guimarães. Op. cit., p. 156.

⁷⁸² Antes de chegar à Câmara, além de passar pelo Senado, o projeto foi avaliado e substituído na Comissão mista de Leis Complementares e na Comissão de Constituição e Justiça. Ver, Luis Reznik. *Democracia e segurança nacional, a polícia política no Pós-Guerra*. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 63. Sobre o projeto Cf. capítulo 5, p. 337

⁷⁸³ “Em face desse aspecto novo, dessa nova feição que se deu à democracia, de democracia vigilante, em vez de democracia inerte ou liberal nos moldes clássicos, como vigorou em nosso país, até poucos anos, terá a democracia de defender-se contra os extremismos”. Deputado Alfredo de Arruda Câmara (PDC). In Diário do Congresso Nacional, 17 set. 1949, p. 8408; “Ela representa um instrumento com que se armam os poderes públicos ou, mais precisamente, o Poder Executivo contra as liberdades constitucionais do cidadão. Constituiu-se, nas linhas mestras, de dispositivos que encerram o gozo das franquias democráticas e liberais consignadas na carta magna vigente, a qual assim, após a promulgação, tem sido aos poucos transformada em engodo impingindo ao povo”. Deputado Euclides Figueiredo (UDN-DF). In: Diário do Congresso Nacional, 16 out. 1949, p. 8343. As notas, além de ampla discussão sobre as concepções democráticas evidenciadas nos debates parlamentares acerca da lei de Segurança Nacional, encontram-se em Luís Reznik, op. cit., p. 63-70.

andamento, o pedido de urgência não foi votado e o projeto da *Lei de Segurança* arquivado.

Naquele pleito, Getúlio Vargas voltaria ao poder, “*nos braços do povo*”⁷⁸⁴. Nas eleições de 1950, em que também concorreram à presidência o brigadeiro Eduardo Gomes, novamente pela UDN e Cristiano Machado pelo PSD, Vargas foi eleito por uma coligação entre o PTB e o PSP⁷⁸⁵, com 48,7% dos votos⁷⁸⁶. Em sua campanha, Vargas encampou a pujante temática do nacionalismo, tão presente no governo Dutra, e apelou para a participação dos trabalhadores. Nos inúmeros comícios realizados por todo o país, o ex-presidente adotou uma estratégia de valorizar características locais de cada região, inserindo-a no contexto do desenvolvimento nacional. Desta forma, por onde passava, estabelecia uma conversa direta com o eleitor de cada região⁷⁸⁷. A UDN defendia a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes como o início de uma nova época para o Brasil. Seu candidato traria dignidade política, prosperidade nacional e afastaria os horrores do passado e do presente. Adquirindo um “sentido genuinamente nacional” (CM, 30/08/1950, p.3)⁷⁸⁸, a campanha se propunha a exaltar os princípios democráticos, liberais e cristãos de Eduardo Gomes, tidos como inerentes ao povo brasileiro, e valorizava as virtudes militares e unificadoras do brigadeiro. Já a candidatura de Cristiano Machado, apoiada pelo presidente Dutra, mas esvaziada pela ostensiva migração de importantes setores do partido para a campanha de Getúlio Vargas, apresentou seu programa de governo como um meio termo entre os dois projetos conflitantes. Contudo, sofreu duras críticas de ambos os lados. Sua imagem foi

⁷⁸⁴ Esta expressão foi cunhada pelo próprio Vargas ao afirmar em entrevista ao então repórter dos *Diários Associados*, Samuel Wainer, que voltaria ao Catete como líder de massas, sustentado pelo apoio popular. Ver, Renato Lemos. Samuel Wainer. In: Alzira Alves de Abreu, Israel Beloch, Fernando Lattman-Weltman, e Sergio Tadeu de Niemeyer Lamarão.(coordenação). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós 1930*. Rio de Janeiro: Ed. FGV; CPDOC, 2001, Volume V, p. 6108.

⁷⁸⁵ Embora formalmente apoiasse a candidatura de Cristiano Machado, diversas bases do PSD também apoiaram a candidatura de Vargas, sendo fundamentais para sua vitória.

⁷⁸⁶ Eduardo Gomes, segundo colocado na votação, recebeu 29,7% dos votos, com outros 21,5% sufragados a Cristiano Machado. Ver Antonio Lavareda, *A democracia nas urnas: o processo partidário brasileiro*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora: IUPERJ, 1991, p. 175.

⁷⁸⁷ Ver, Débora Kfuri Regal. *Getúlio Vargas volta ao catete: A estratégia de propaganda varguista nas eleições de 1950*. Rio de Janeiro, 2007. Dissertação de mestrado em História Social da Cultura PUC - Rio.

⁷⁸⁸ Naquele pleito o *Correio da Manhã*, intitulado-se legalista e defensor das liberdades democráticas, declarou apoio à candidatura de Gomes. Seus editoriais, assinados por Luis Costa Rego, então deputado pela UDN, associavam a figura de Vargas a “uma época de desordem sob a aparência de uma rígida ordem fascista, uma fase de declínio das riquezas sociais e econômicas a despeito da falsa euforia inflacionista. Seria uma degradação para o país” (CM, 03/09/1950, p. 3).

associada a um governo tido como autoritário por uns, entreguista por outros e ineficaz economicamente pela maioria⁷⁸⁹. Neste cenário, ainda se faz necessário apontar a posição dos comunistas. Aliados do cenário político partidário formal e inclinados ao radicalismo revolucionário, os comunistas, que na eleição anterior haviam obtido cerca de 8% dos votos, fizeram campanha pelo voto em branco. Frente a um governo submisso ao “imperialismo americano” e a partidos “antidemocráticos das classes dominantes”, aí incluídos a ala de “demagogos esquerdistas” da UDN e os “ditos de oposição” como o PTB e o PSB, a abstenção seria a única opção possível a indicar a seus partidários e simpatizantes⁷⁹⁰.

Um dos pontos chave nas discussões eleitorais, que permearam toda a grande imprensa, então contrária à candidatura de Vargas, foram os debates acerca da capacidade do eleitor e da forma como a democracia deveria se estabelecer. O *Correio da Manhã* chegou a afirmar que “dos muitos erros da restauração democrática de 1945, o mais doloroso, foi a especulação do pleito na omissão da consciência dos votantes” (CM, 19/08/1950, p.4). As camadas populares, enquanto novo ator político que sustentara a candidatura de Vargas, eram vistas como despreparadas, inconscientes e desprovidas de racionalidade política⁷⁹¹. De acordo com a *Tribuna da Imprensa*, o fato de não atentar, ou mesmo se aproveitar desta realidade, evidenciava o caráter antidemocrático de Getúlio Vargas e Cristiano Machado, já que, para estes homens, “a pureza de funcionamento e evolução do sistema democrático [seria] coisa secundária e desprezível. (...) estes homens insultam a participação popular nos destinos do país” (TI, 19/08/1950, p. 4). Para ambos os jornais, esta participação popular e o próprio regime democrático só seriam efetivos e independentes se fossem, em um primeiro momento, dirigidos por uma elite capaz de conscientizar gradativamente a

⁷⁸⁹ O abandono da candidatura de Machado pelo PSD foi tão evidente que o termo “cristianização” passou a ser entendido na cena política brasileira como uma situação na qual a “máquina partidária não concede apoio efetivo ao seu candidato registrado formalmente”. Rogério Schimtt. *Partidos Políticos no Brasil (1945-2000)*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000, p. 15.

⁷⁹⁰ Fernando Teixeira da Silva e Marco Aurélio Santana. O equilibrista e a política: o “Partido da Classe Operária” (PCB) na democratização (1945 – 1964) In: Jorge Ferreira e Daniel Aarão Reis (Org.). *As esquerdas no Brasil: Nacionalismo e reformismo radical (1945 – 1964)*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007, v.2, p. 116.

⁷⁹¹ Neste ponto, é importante ressaltar o destaque dado a ideia de “restauração”. Para o *Correio da Manhã*, o fim do Estado Novo restaurava a democracia pré-1930, ou nos termos da época, “redemocratizava”. Assim percebe-se que sua visão acerca da democracia, tal como proposto pela campanha udenista e bacharelesca, assemelhava-se a ideia de regime liberal, tal como fora constituído nos primeiros anos da República.

população⁷⁹². Desta, a maior tarefa do regime democrático brasileiro estaria na sua função pedagógica⁷⁹³. A chegada de uma enorme gama de novos eleitores impunha a necessidade de “doutrinação democrática”.

A um tempo de doutrinação democrática e de convocação do eleitorado para a decisão política de outubro, esta campanha visa dar ao povo a consciência de si mesmo e de sua influência inelutável na prática e no aperfeiçoamento das instituições vigentes. Numa palavra: é uma campanha de participação popular...

Formar um eleitorado consciente não apenas pela capacidade de escolher bem, mas pela confiança nas soluções do sufrágio direto e secreto, é missão precípua na organização do regime, vinculando-o sinceramente ao funcionamento da vontade popular (CM, 26/08/1950, p. 1)⁷⁹⁴.

Sob este aspecto, é importante destacar que quase todo o eleitorado de 1945 votara pela primeira vez para presidente⁷⁹⁵. O impressionante crescimento experimentado pelo eleitorado brasileiro se defrontou com um argumento de viés elitista que desqualificava a capacidade de escolha do novo eleitorado e criticava a influência do Estado sobre uma massa inconsciente e manipulável. As pressões contra a inscrição automática, reafirmada em 1945 pela “Lei Agamenon”, vista por parlamentares udenistas como um instrumento para mobilizar um eleitor desqualificado cuja pouca compreensão acerca dos valores do regime democrático sequer o estimulava a alistar-se, levaram à sua supressão com o estabelecimento do novo Código Eleitoral em 1950⁷⁹⁶. Embora o código mantivesse o elitismo

⁷⁹²“Esta campanha visa dar ao povo a consciência de si mesmo e de sua influência inelutável na prática e no aperfeiçoamento das instituições vigentes. Numa palavra: é uma campanha de participação popular. Formar um eleitorado consciente não apenas pela capacidade de escolher bem, mas pela confiança nas soluções do sufrágio direto e secreto, é missão precípua na organização do regime, vinculando-o sinceramente ao funcionamento da vontade popular” (CM, 12/08/1950, p. 4).

⁷⁹³ Ainda assim, é importante ressaltar que este aprendizado se limitava a possibilidade do exercício consciente do voto como elemento transformador de meros votantes em cidadãos. Passando assim, ao largo de uma inclusão democrática que admitisse uma maior participação popular.

⁷⁹⁴ De acordo com o jornal *A Noite*, esta rápida alteração do cenário eleitoral também se expressava na enorme presença de candidatos “desqualificados” para participar da vida política nacional, que então se apresentavam à vida pública nos mais variados pleitos. “Tudo isso teoricamente parece muito bonito: Qualquer cidadão com direito a se candidatar! Mas na prática, o resultado são as Câmaras incapazes, o eleitorado impossibilitado de julgar, a coisa pública confiada a inexperientes” (AN, 02/09/1950, p. 3). Desta forma, mostrando-se diletante em relação à livre concorrência aos cargos eletivos e defendia a redução do número de partidos para apenas três.

⁷⁹⁵ Cf. cap. 5 p. 318.

⁷⁹⁶ Com esta alteração, a responsabilidade da inscrição para votar se transferia integralmente para a iniciativa do eleitor, que sendo maior de 18 anos e alfabetizado, estava então obrigado a comparecer ao cartório eleitoral para solicitar o título de eleitor. O novo código também alteraria a fórmula para distribuição de cadeiras no parlamento para o modelo proporcional tal qual é seguido até hoje, à exceção da exclusão dos votos brancos da contabilidade do quociente eleitoral, ocorrida em 1998. Jairo Nicolau. Op. Cit., p. 48.

excludente da proibição ao voto dos analfabetos, cabe ressaltar ainda que a redução nas taxas de analfabetismo, mesmo que bastante lentas, também representaram uma alteração significativa no eleitorado⁷⁹⁷.

Ao descrever o povo brasileiro, estes jornais evidenciam uma clara distinção entre eleitores e cidadãos. Esta distinção se associava a uma geografia política. No interior rural, *eleitores* seriam cooptados pelo poder federal ao contrário das cidades, onde a presença de *cidadãos* dificultaria esta prática. “Interior é onde a pressão governamental, pela violência, pelo engodo e pelo suborno, dirige o pronunciamento dos *eleitores*. Grandes cidades, é onde o governo por mais que ameace, iluda e procure comprar a consciência dos *cidadãos*, quase sempre duvida da obtenção de votos, ou antes, nunca os tem para o seu partido e para seus candidatos” (CM 10/08/1950, p. 1, grifo meu). Cabe ressaltar que, neste debate, a ideia de povo ainda é empregada sob o estigma da incapacidade e da necessidade de formação. Tal como afirmava o *Correio da Manhã*,

a palavra povo é termo pejorativo, quando não serve de tema de anedota, nas antecâmaras e corredores palacianos, bem assim nas salas e gabinetes dos partidos e candidatos do oficialismo. No atual governo, não se pode dizer que aquela expressão não tenha sofrido alguns acréscimos, pois já serve também de pretexto e veículo a trânsfugas e negociatas para se bandearem para o oficialismo. Não é mais o povo no sentido demagógico da ditadura, oco e altissonante. É apenas sonante em moeda corrente: o povo das margens do rio São Francisco... (CM 10/08/1950, p. 1)

Já a campanha de Eduardo Gomes, embora se negasse a se aproveitar “do baixo nível de vida e de autonomia das populações”, apostava em um discurso fundado na solidariedade e na conscientização, que, em última análise, se constituía em um processo educativo de formação de um eleitorado capaz de conviver em um

⁷⁹⁷ Nas proximidades do pleito de 1950, o número de analfabetos no Brasil era muito elevado. Contudo, verificava-se um processo de redução em seu número. No início da década de 1930 os analfabetos representavam 60% da população. Nas décadas de 1940 e 1950, de acordo com os censos realizados, o número de analfabetos com idade superior a 15 anos no Brasil correspondia respectivamente a 55,9%, 50,5%. Na década de 1960, este número cairia para 39,6%. Ver, Alceu Ravello Ferraro. Analfabetismo e níveis de letramento no Brasil: o que dizem os censos. In: *Revista Educação & Sociedade*. Campinas: Cedes/Unicamp, v. 23, n.81, dez 2002. Vale ressaltar que a metodologia de pesquisa adotada nos censos apresentou mudanças que podem representar diferenças significativas nos percentuais de analfabetos. No censo de 1940, não era considerado analfabeto aquele que sabia escrever seu nome, já a partir de 1950, o analfabeto seria aquele que não sabia escrever um bilhete simples. A mudança na metodologia também parece estar relacionada com o crescente descrédito a atuação dos analfabetos “que desenham o nome, mas não sabem ler” recorrentes nas filas udenistas que insistiam em desqualificar o valor de grande parte do eleitorado.

regime democrático: “Nunca na história das nossas instituições, depois de Rui Barbosa, assistimos a uma obra mais intensa, sincera e ampla de educação do sentimento popular a serviço do aperfeiçoamento da democracia e da evolução moral e intelectual do Brasil”.

Aparentemente convocando o cidadão consciente a realizar a mesma tarefa, o discurso do jornal se direciona a uma “classe média” urbana, que supostamente teria mais condições de opinar com relação aos destinos da democracia brasileira do que a “massa irracional” de novos eleitores, majoritariamente rurais, automaticamente inscritos para votar pela ação de grupos políticos que queriam aferrar-se ao poder⁷⁹⁸. Nos centros urbanos, a também numerosa massa de ingênuos e inocentes se associava a saudosistas autoritários e a “espertos” para dar apoio a Getúlio Vargas. Apostando nesta “falta de consciência”, o “ex-ditador”, tal como afirmou Luis Costa Rego em editorial publicado no dia em que se realizaria um encontro pró-Vargas no Estádio Vasco da Gama, não se furtaria em sustentar o direito a ser facultado ao “povo carioca” de eleger suas próprias autoridades. Da mesma forma, seu passado ditatorial e sua desfaçatez não impediriam o “candidato populista” de proferir “um discurso liberal, democrático, ungido de legalidade e constitucionalismo”, contrariando a tudo que seu passado representava e desafiando a memória de “povo brasileiro” (CM, 12/08/1950, p. 4).

Após a vitória eleitoral de Vargas, a acusação de manipulação das massas votantes em troca de favores eleitorais se manteve. No jornal *A Noite*, a decepção com o resultado e com a divisão constante das “correntes democráticas”⁷⁹⁹

⁷⁹⁸ Em 1950, mais de 80% da população brasileira ainda estava no campo. Contudo, com o crescente processo de industrialização e urbanização, esta realidade se alterava de forma acelerada. Neste ano, a cidade do Rio de Janeiro, então a maior do Brasil, já tinha 2 milhões e 300 mil habitantes, sendo 50% destes migrantes. Este processo seguiria a pleno vapor até que nos anos 1960 inverte-se a relação com a população urbana ultrapassando a rural. Da mesma forma, a constante chegada de novos habitantes e o surgimento de novas oportunidades de trabalho ligadas a atividade industrial transformaria significativamente o perfil das cidades brasileiras, deixando-as gradativamente mais “trabalhadoras”, o que naturalmente evidencia a necessidade de se mudar o discurso político, alinhando-o com os desejos e anseios destes novos habitantes da cidade. Para os números estatísticos ver. IBGE. Estatísticas do século XX, Rio de Janeiro: IBGE, 2006. disponível em:

<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/seculoxx.pdf>

⁷⁹⁹ Neste ponto, o editorial refere-se à incapacidade das elites democráticas em construir uma unidade interpartidária anti-Vargas, tal como intentara o presidente Dutra. O excesso de egoísmo que atentava apenas para os interesses das próprias candidaturas havia resultado no descrédito da democracia e no saudosismo ditatorial. “Desgraçadamente... a cegueira de uma elite dirigente com vocação suicida tudo conspirou no sentido de atirar o país nos perigosos rumos para que marcha e com que desenlace final ninguém sabe” (AN, 09/10/1950, p. 3).

evidenciou ainda mais uma concepção democrática de viés marcadamente elitista e crítico à capacidade de escolha da população. “Não é sem grande dose de razão que numerosos dos mais profundos espíritos da cultura do ocidente rejeitaram a capacidade de seleção do povo, por vê-lo constantemente exposto aos equívocos da demagogia e da mistificação, para não falar na moderna técnica de mobilizar as massas” (AN, 09/10/1950, p. 3)⁸⁰⁰.

De fato, para diversos grupos políticos e partidos presentes na disputa eleitoral, o retorno de um “ditador” à presidência só poderia ser justificado pela “ignorância” dos votantes. A UDN, por exemplo, depois de tentar, em vão, impedir a posse de Vargas sob a alegação de que ele não teria obtido a maioria absoluta dos votos, decidiu adotar uma postura mais radical, mantendo uma ferrenha oposição ao presidente durante todo seu governo. Controlando praticamente toda a grande imprensa, a estratégia adotada pela oposição foi a de desqualificar o governo e destruir sistematicamente a imagem do presidente a partir das mais distintas acusações⁸⁰¹.

Outra discussão que ganhara grande relevância em meio à campanha eleitoral dizia respeito às formas sobre como se alcançar o desenvolvimento nacional. Enquanto Vargas preconizara a industrialização, a eletrificação e a estruturação de um sistema de transportes como elementos fundamentais para o desenvolvimento nacional, reforçando a necessidade da nacionalização das riquezas naturais e dos recursos do subsolo, seus opositores insistiram na defesa da vocação agrária do Brasil e no desenvolvimento agrícola como trampolim para a industrialização. Ao longo dos anos 50, a despeito da perspectiva agrarista perder seu fôlego, a temática do desenvolvimento ganharia ainda maior vulto, com a incorporação das reflexões presentes em órgãos como a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). A principal crítica de seus

⁸⁰⁰ É interessante notar que, embora invocasse reflexões sobre a noção de democracia elaboradas no contexto da Segunda Guerra Mundial, ao identificar o povo com a ideia de massa que, por conseguinte, se distinguia da elite por sua incapacidade de refletir acerca de seu próprio destino, paradoxalmente, o editorial remete às teorias antiliberais dos anos 20, que os apelos democráticos do Pós-Segunda Guerra pretendiam refutar. Para maiores detalhes deste debate teórico, conferir, p. 32-33

⁸⁰¹ Ver, Jorge Ferreira. As crises da República: 1954, 1955, 1961. In: Jorge Ferreira e Lucília Neves Delgado. *O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003, Volume III, p. 306-307. Neste cenário estabeleceu-se um isolado contraponto com a criação do jornal *Última Hora* pelo jornalista Samuel Wainer. Fundado em 1951 com o apadrinhamento do presidente, o vespertino foi o único jornal de grande circulação que manteve uma linha editorial de apoio a Vargas durante todo seu governo.

economistas debruçava-se nas dificuldades de competição entre os capitais nacional e estrangeiro⁸⁰². Para compensar a precariedade do capital privado nacional e “queimar” etapas em seu processo de industrialização, fundamental ao desenvolvimento, os chamados países periféricos necessitariam do apoio estatal. A discussão sobre a validade ou não da participação do capital estrangeiro na economia nacional acirrou o debate, contraposto por propostas liberais que pregavam o não intervencionismo e a livre concorrência.

Em seu governo, Vargas enfrentou as dificuldades econômicas e a alta inflação deixadas pelo governo Dutra com a retomada do processo de desenvolvimento industrial com o apoio do Estado, focado no estímulo às indústrias de base⁸⁰³. Para incrementar este desenvolvimento, Vargas apostou mais uma vez na adoção de uma política externa que procurava barganhar vantagens com os Estados Unidos em troca de apoio político. Esta estratégia se expressou, por exemplo, na instalação da Comissão-Mista Brasil-EUA e no anúncio de um programa de investimentos em infraestrutura⁸⁰⁴. Entretanto, em tempos de Guerra Fria, o “espaço de manobra era muito limitado para atrair a

⁸⁰² Criada em 1948, com sede em Santiago no Chile, a CEPAL procurava desenvolver soluções para a transformação da situação de subdesenvolvimento dos países latino-americanos. Para seus articuladores, entre os quais podemos incluir o brasileiro Celso Furtado, isto só se daria com o rompimento da divisão internacional do trabalho até então estabelecida. A disparidade existente entre os países centrais, produtores de bens industriais, e os chamados periféricos tradicionalmente produtores de bens primários, forçava constantes transferências de valores aos países centrais, o que “deteriorava os termos de troca” impedindo assim o desenvolvimento destes países. Desta forma, a proposta cepalina no Brasil acreditava que, sem a montagem de um parque industrial com o fomento da produção feita pelo estado o país, jamais se modernizaria. Ver, Ricardo Bielschowsky. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1988.

⁸⁰³ Neste contexto, podemos inserir a criação do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDE), em 1952, com o objetivo de atuar na implantação de políticas para o avanço industrial, constituindo-se no principal fomentador e executor da política nacional de desenvolvimento econômico.

⁸⁰⁴ A condução do acordo militar Brasil - Estados Unidos finalmente firmado em 1952, após longa negociação, também expõe o forma de atuar do governo Vargas no campo externo. A tentativa norte-americana de arregimentar apoio para a Guerra da Coreia se baseava no compromisso assumido não só pelo Brasil, como por diversos outros países latino-americanos, Chile inclusive, de se restringir as relações comerciais com o bloco soviético e de se colocar disponível para a defesa do “mundo livre”. Para enviar apoio material, já que um possível envio de tropas só se enfrentaria muita resistência, mesmo entre os militares “americanófilos”, o governo insistia que necessitava de ajuda financeira do exterior. Mesmo um improvável envio de tropas só se viabilizaria em um cenário de economia estável e Forças Armadas preparadas. Esta “preparação” também se vinculava ao combate ao “perigo comunista”, um problema de segurança interno, mas que afetava todo o continente. Segundo Reznik “repetia-se assim, a fórmula de 1942: segurança (aparelhamento militar) e desenvolvimento em troca de aliança, que poderia concretizar-se com a exportação de material estratégico para os Estados Unidos”. Op. cit., p. 93-94.

atenção americana”⁸⁰⁵. Com a chegada de Eisenhower à presidência dos Estados Unidos, em 1953, e a conseguinte adoção de uma política de contenção nos gastos públicos, os acordos da Comissão foram rompidos⁸⁰⁶. Isto se somou a intensificação da cobrança de dívidas brasileiras pelo Banco Mundial e a uma campanha contra o café brasileiro nos Estados Unidos, contribuindo assim para a deterioração da situação econômica brasileira.

Durante a presidência de Vargas, a efervescência política não se limitou aos embates com a oposição udenista, aflorando também nos debates nacionalistas, especialmente fomentados pelo reavivamento das discussões em torno do petróleo⁸⁰⁷. Após algumas idas e vindas e muita pressão popular, definiu-se pelo controle totalmente nacional da exploração do petróleo, em caráter monopolista, com a criação da Petrobrás⁸⁰⁸. Ainda que Vargas tentasse conter os arroubos anti-imperialistas de nacionalistas mais exacerbados ressaltando a importância da entrada de capitais no país, cada vez mais se ampliava o conflito entre um projeto nacionalista, vinculado à efetiva participação de Estado na economia, e uma perspectiva não intervencionista e liberal. A política nacionalista também desagradava os interesses norte-americanos, favorecendo uma aproximação com grupos opositoristas que, desde a chegada de Vargas ao poder, se articulavam para retirá-lo da presidência.

Em meados de 1954, denúncias de malversação de recursos públicos e de financiamentos ilegais dominaram o noticiário opositorista. No início de agosto, elementos da guarda pessoal de Vargas se envolveram em um atentado contra o jornalista Carlos Lacerda, um dos mais ferrenhos opositores do presidente, às

⁸⁰⁵ Paulo Vinentini. Do nacional-desenvolvimentismo à política externa independente (1945-1964). In: Jorge Ferreira e Lucília Neves de Almeida Delgado (Orgs.), op. cit., p. 203.

⁸⁰⁶ O Brasil ainda tentaria adotar uma orientação multilateral, mas as opções eram mínimas, tendo em vista que o bloco socialista era considerado como “inimigo”.

⁸⁰⁷ Vale ressaltar ainda que, desde o início de seu governo, Vargas sofreu dura oposição de parte das esquerdas, em especial do clandestino PCB. A crise financeira, o aumento da inflação e a queda dos salários também geraram protestos populares. Em março de 1953, eclodiria a chamada “greve dos 300 mil”, motivando uma reforma ministerial que alçou João Goulart ao posto de ministro do Trabalho com a missão de ampliar o diálogo com trabalhadores, sindicalistas e comunistas. Jorge Ferreira, op. cit., p. 305.

⁸⁰⁸ No início de 1951, a assessoria de Vargas enviou ao Congresso um projeto para criação de uma empresa brasileira de exploração de petróleo, em caráter misto sob o controle do Estado. Desta forma, os problemas de financiamento seriam solucionados com o aporte de capital privado, nacional e estrangeiro. A proposta, rejeitada pelo partido do presidente (PTB), que exigia o rígido monopólio estatal sobre a empresa, também enfrentou forte reação popular com a reativação do “petróleo é nosso”. Mesmo a UDN, fiel defensora do liberalismo, revelaria seu caráter primordialmente antivarguista, ao se colocar ao lado da causa nacionalista. Diante desta situação, Vargas retirou o projeto original e sugeriu a criação de uma empresa estatal. Reznik, op. cit., 92.

portas de sua casa. O atentado ao diretor do jornal *Tribuna da Imprensa* resultou na morte de um de seus acompanhantes, o major da Aeronáutica Rubens Vaz, agravando a crise política. Ainda mais isolado⁸⁰⁹, desgastado com a imprensa, Vargas evitou uma nova deposição cometendo o suicídio no dia 24 de agosto. Após forte comoção popular acompanhada por um violento quebra-quebra na capital federal e em diversas cidades do país, que atingiu inclusive as sedes dos jornais e partidos contrários a Vargas, seus opositores recuaram.

6.2 – As eleições de 1955 e a progressiva “incorporação” do povo à democracia

Com um ministério dominado por antigetulistas⁸¹⁰, o vice-presidente Café Filho assumiu o lugar de Vargas com a tarefa de conduzir o país até as eleições seguintes. Após uma tentativa frustrada de articulação de uma candidatura única por parte dos ministros militares e de alguns lançamentos prematuros, quatro candidatos registraram seus nomes para concorrer ao cargo máximo da nação, em um pleito que se realizaria em 3 de outubro de 1955, e outros três se candidataram à vice-presidência⁸¹¹. A tensa campanha eleitoral foi marcada por diversas tentativas de adiamentos e cancelamentos que mantiveram a realização do pleito indefinida até os últimos momentos. Em apenas dois meses, do início de agosto até 3 de outubro, pode-se registrar uma tentativa de aprovação de uma emenda parlamentarista, a votação da proposta de alteração da regra eleitoral para instituir-se a necessidade de maioria absoluta dos votos para a vitória no pleito e uma proposta de implantação do sistema colegiado.

⁸⁰⁹ Ao longo de 1954, o governo viu sua base de apoio entre os militares se reduzir, uma vez que tinha que conviver com a insatisfação dos nacionalistas mais exacerbados e com a feroz oposição daqueles que pretendiam uma aproximação mais efetiva com o capital externo. A morte de Vaz forçou uma situação praticamente incontornável entre Vargas e a Aeronáutica, com posterior apoio da Marinha, após a instalação de um inquérito militar para apurar o crime, contando com a presença de militares que exigiam a renúncia do presidente.

⁸¹⁰ Dentre os ministros do governo Café Filho, respondiam pelas pastas da Fazenda e da Justiça, o economista Eugenio Gudin e o udenista Prado Kelly. Na cúpula militar, estaria o brigadeiro Eduardo Gomes, duas vezes candidato a presidência pela UDN, no Ministério da Aeronáutica, o almirante Amorim do Vale na Marinha, o general Juarez Távora na chefia do Gabinete Militar e o general Henrique Lott, na pasta da Guerra, este último o único considerado nos meios militares como avesso às questões políticas. Jorge Ferreira, op. cit., p. 315.

⁸¹¹ Candidataram-se a presidência da República: Juscelino Kubitschek pelo PSD- PTB, Juarez Távora por uma frente partidária que contava com o apoio da UDN, Adhemar de Barros pelo PSP e Plínio Salgado pelo PRP, legenda herdeira da Ação Integralista Brasileira. À vice-presidência, candidataram-se: João Goulart pelo PTB, Milton Campos pela UDN e Danton Coelho pelo PSP.

Inúmeras discussões acerca de qual seria o modelo de cédula eleitoral mais adequado contra possíveis fraudes, que incluíam até uma proposta de sujar de tinta o dedo de todos os eleitores no ato da votação para não haver duplicidade de votos, movimentaram a Câmara e o Senado até a aprovação definitiva da cédula única de votação. O novo modelo de cédula enquadrava-se em um conjunto de inovações técnicas visando ampliar a lisura do pleito de 1955. Com a criação da Folha Individual de Votação, que continha as informações e a foto do eleitor, acabaram-se as possibilidades de emissão do voto em qualquer seção eleitoral do município. A partir de então, a única seção específica em que o eleitor estava apto a votar foi inscrita no corpo de seu novo título eleitoral. Na cédula de votação, que passou a ser confeccionada pela Justiça Eleitoral, constava o nome de todos os candidatos. Ao eleitor, caberia então marcar o X em seu escolhido. Nas eleições anteriores, a distribuição de cédulas já preenchidas ao eleitor era realizada pelos próprios partidos, ação que certamente favorecia àqueles com maior capacidade de organização e melhor condição financeira⁸¹².

A despeito das críticas de momento, por vezes vinculadas a uma suposta falta de capacidade do Estado em organizar o pleito e distribuir as cédulas de forma clara e independente, a adoção da nova cédula se constituiu em uma medida nitidamente democratizante, pois diminuía a probabilidade de coação e controle do voto a que estavam especialmente submetidas às populações do interior do país⁸¹³. Os debates acerca da estrutura organizacional do processo eleitoral inserem-se diretamente no conjunto de discussões em torno dos limites da ação popular no processo democrático. A sucessiva criação de instrumentos para garantir a sua participação independente no pleito reforça a inevitabilidade da presença do povo enquanto ator decisivo no processo. Em meio a estas mudanças, seria cada vez mais difícil desqualificar a ação da nova massa de eleitores que, desde 1945, inseria-se efetivamente na vida política nacional. Neste cenário, os grupos políticos em disputa aos poucos adotariam outras estratégias de articulação, incorporando elementos a seus discursos e dando novos sentidos a conceitos e ideias⁸¹⁴.

⁸¹² Ver, Jairo Nicolau. Op. cit., p. 52.

⁸¹³ Antonio Lavareda. Op cit, p. 132.

⁸¹⁴ No pleito de 1955, a adoção destas medidas não impediu a *Tribuna de Imprensa* de seguir insistindo na possibilidade de fraude. Antes da aprovação definitiva da cédula oficial, ocorrida em 30 de agosto, o jornal afirmava recorrentemente que a fraude seria uma prática comum naquelas

Em meio à campanha eleitoral, muitas também foram as tentativas de cassação dos direitos políticos de Juscelino Kubitschek e de João Goulart por suposto envolvimento com comunistas ou mesmo com um complô peronista. Embora ainda se encontrasse na ilegalidade, o Partido Comunista do Brasil (PCB) gradualmente abandonou a postura mais voltada para ações insurrecionais, assumida desde a cassação de seu registro em 1947, passando a considerar fundamental a participação eleitoral. Esta mudança de estratégia foi possível através de uma política de alianças que visava aproximar o partido de correntes mais progressistas com o objetivo de implementar um processo de reformas sociais⁸¹⁵. No dia 11 de agosto, em primeira página, a *Imprensa Popular* publicou um *Manifesto eleitoral do Partido Comunista do Brasil* concitando “a todos os cidadãos, independente de condições sociais, de pontos de vista políticos ou de crenças religiosas” a participar da campanha eleitoral, unindo-se na luta pelas liberdades democráticas e em defesa da Constituição contra qualquer tentativa “golpista” de impedimento pleito. Sem a “salvaguarda das liberdades democráticas é mais difícil a luta contra a miséria, em defesa da paz e da soberania nacional”. Circundando uma grande foto de Luis Carlos Prestes, o manifesto, assinado pelo comitê central, pedia apoio às candidaturas de Juscelino Kubitschek e João Goulart em função de sua declarada disposição de lutar contra um golpe, em defesa da Constituição e das liberdades democráticas e pela melhoria das condições de vida do povo. “A vitória das candidaturas Kubitschek e Goulart será a derrota dos generais golpistas, dará um novo impulso às forças democráticas e patrióticas e poderá determinar importante modificação na

eleições. Em uma de suas diversas reportagens de capa intitulada “Como serão fraudadas as eleições”, chegou a explicar de forma “didática”, passo a passo, com seria possível fraudar as eleições (TI, 16/08/1955, pp). Mesmo após a definição do novo modelo, o jornal ainda afirmaria que “quem achar que a crise é mais profunda e que não pode ser resolvida apenas pela eleição de um homem, por melhor que ele seja, deve votar em branco, em sinal de protesto com as eleições, que já se sabe de antemão, serão fraudadas” (TI, 04/09/1955, p. 4).

⁸¹⁵ Rodrigo Pato Sá Motta. *Em guarda contra o “Perigo Vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002, p. 126. Indo ao encontro destas afirmações, Fernando Teixeira da Silva e Marco Aurélio Santana comentam que, na prática, esta mudança de postura significou o abandono da retórica de enfrentamento. O incentivo às alianças se iniciara após o IV Congresso Nacional do Partido, ocorrido em 1954. Contudo, as orientações do partido ressaltavam que lhe cabia estar em “frente às massas” para impedir ações que o isolassem ou facilitassem possíveis “golpes do inimigo”. Op. Cit., p. 122.

correlação de forças políticas, favorável à democracia, à paz, à independência e ao progresso do Brasil” (IP, 11/08/1955, PP)⁸¹⁶.

Neste ponto, o discurso do PCB se aproximava ao de diversos setores que viam a realização das eleições tal como estabelecidas pelas normas legais e constitucionais como elemento fundamental para a manutenção do regime democrático e do progresso nacional. Posição esta sustentada por jornais como o *Correio da Manhã* e *Última Hora*; este último, contundentemente se apresentou como defensor da realização das eleições sem quaisquer adiamentos, incentivando o comparecimento em massa às urnas⁸¹⁷. Com relação ao pleito, embora não tenha se definido por um nome, *Última Hora* demonstrou simpatia aos candidatos tidos como “populares”, cujas propostas se vinculavam aos interesses do povo: o candidato “popular-trabalhista”, Adhemar de Barros e Juscelino Kubitschek. Este último, visto como um nome interpartidário, capaz de unir correntes distintas, destruir ódios e promover a paz e a ordem necessária ao equilíbrio da nação. Para um jornal que se apresentava como herdeiro e fiel seguidor dos ideais de Vargas, o fundamental era que o seu projeto de governo permanecesse presente nos programas dos candidatos, independente de nomes. Vista com entusiasmo por *Última Hora*, esta simples presença já representava a vitória do projeto varguista para o país.

Porque venceu Getúlio Vargas mesmo depois de morto? Porque o nacionalismo e o **populismo** não é um programa criado artificialmente pelo presidente sacrificado à sanha de adversários... é um programa de reivindicações da nação que com sua grande visão de líder autêntico, Getúlio passou a encarnar defendendo-a com o sacrifício de sua própria vida... Nacionalismo e populismo constituem, portanto, um programa do Brasil! “Ninguém me arranca das mãos a bandeira do nacionalismo” dizia Getúlio. (UH, 28/09/1955, p. 4, grifo meu)

⁸¹⁶ Quanto aos outros candidatos, o PCB manteve uma postura crítica. Enquanto a candidatura de Adhemar de Barros era “diversionista”, pois contribuía para separar as forças populares, Juarez Távora foi visto como a continuação do governo imposto pelo Golpe de 24 de agosto, constituindo-se em um “serviçal dos monopólios norte-americanos, partidário da entrega do petróleo brasileiro a *Standard Oil* e que jamais ocultou seu desprezo pelo povo e suas intenções ditatoriais” (IP, 11/08/1955, pp).

⁸¹⁷ “A consciência democrática do Brasil deve, pois, estar alerta a 03 de outubro a fim de que ninguém falte às urnas. Votem em quem quiser... Cometerão um erro se não votarem no melhor deles... mas de qualquer modo, a democracia estará salva... Não indo às urnas, não votando, ou votando em branco, teremos praticado um erro maior, pois teremos aberto o caminho para a marcha da ditadura, de um governo extra-legal, baseado na força e não nas leis em vigor” (UH, 13/09/1955, p.4).

É interessante notar que nesta citação, assim como em diversas reportagens ao longo da campanha, o jornal lança mão do conceito de populismo. Sua utilização certamente não era uma novidade. Contudo, ao contrário do que faziam outros jornais, a ideia de populismo é utilizada positivamente por *Última Hora*. Um candidato populista seria aquele que adotasse uma política voltada para o povo, em conformidade com seus interesses e reivindicações. A *Tribuna de Imprensa*, por sua vez, ao se referir aos populistas, classifica-os como uma elite corrupta e amoral que substituía a elite tradicional e cooptava o apoio das massas de forma demagógica, aproveitando-se de sua ignorância para então realizar os seus próprios desejos. Interpretação esta já atribuída a Getúlio Vargas durante a campanha de 1950 por diversos editoriais do *Correio da Manhã*. A visão negativa do populismo se tornou dominante entre os setores udenistas, que a difundiam em depoimentos e proclamações. O deputado Afonso Arinos, por exemplo, em conferência na Escola Superior de Guerra no ano de 1953 já deixara evidente esta compreensão⁸¹⁸. Ainda assim, tal como salienta o comentário de *Última Hora*, este entendimento certamente não era o único. Ciente da extensa polêmica que as discussões acerca do conceito de populismo desperta até hoje nos meios acadêmicos brasileiros e latino-americanos, minha intenção aqui é apenas ressaltar que, naquele momento, os usos e interpretações acerca deste conceito ainda se encontravam em disputa. Situação que começaria a se alterar já no cenário do pleito de 1960⁸¹⁹.

⁸¹⁸ “O populismo é o amor da plebe pela aparência de plebeísmo, aparência que, na grande maioria das vezes, não passa de propaganda de quem a exhibe, e, depois, não corresponde à realidade. O populismo é, também, uma reação das massas contra o estilo das elites, contra as aparências de compostura, discrição e polidez que, antigamente, traduziam superioridade moral, mas que hoje só provocam o sentimento – ou ressentimento – de superioridade social. Como movimento político, parece-me que se acha em declínio, depois do desmascaramento que vai sofrendo a pretendida eficiência da corrupção”. Apud. Maria Victoria Benevides. *A UDN e o udenismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 271-272. Ao analisar o comportamento udenista, a autora alerta para o fato de que seus intelectuais jamais realizaram uma efetiva análise do “fenômeno populismo” e não se trata aqui de contestá-la.

⁸¹⁹ Particularmente a partir da publicação do ensaio “O que é o ademarismo?” de Helio Jaguaribe em 1954, o debate acerca do populismo inseriu-se em definitivo nos círculos acadêmicos solidificando-se o entendimento de que uma política populista estava ligada a um projeto ou governo que supostamente ia ao encontro de alguns desejos das massas ressentidas, na busca de se perpetuar no poder e obter privilégios pessoais. Refinada teoricamente a partir das formulações, nos anos 70 e 80, de analistas políticos como Francisco Weffort, que revelavam o populismo como uma política manipuladora das massas, exercida por um pequeno grupo que veio preencher um vácuo de poder deixado pelas antigas elites tradicionais e que não poderia ser ocupado por grupos saídos da sociedade civil urbana, por sua absoluta falta de capacidade de organização, esta concepção acabou por se tornar um cânone no Brasil. Contudo, nos últimos anos, alguns historiadores e cientistas políticos como Ângela Castro Gomes, ao argumentar, a partir da história

O *Correio da Manhã*, por sua vez, também procurou afirmar sua isenção. Apresentando uma postura pouco esperançosa quanto às figuras dos candidatos publicou: “para nós todas as candidaturas estão maculadas: nenhuma delas conta neste pleito com o nosso apoio e solidariedade” (CM, 05/08/1955, p. 6). Sendo assim, seu foco se concentrava na garantia do exercício do voto e no aprimoramento democrático. Embora, de fato, tenha se mantido isento até o final da campanha e afirmado insistentemente que o povo poderia votar em quem quisesse, o tom das críticas do *Correio da Manhã* foi sempre mais elevado com Juarez Távora do que com Juscelino Kubitschek, enquanto os demais candidatos foram praticamente ignorados⁸²⁰.

A posição em defesa do cancelamento do pleito se concentrou na ala mais radical da UDN. Com dissensões internas, o partido demorara a definir seu apoio a Juarez Távora. Setores do partido, especialmente representados na figura do deputado federal Carlos Lacerda, diretor do jornal *Tribuna da Imprensa*, desde o início das articulações internas para o estabelecimento do nome candidato do partido mantiveram uma posição contrária à eleição em função dos “vícios” da estrutura eleitoral⁸²¹. Segundo os inúmeros editoriais publicados pelo jornal,

cultural, sobre a reciprocidade material e simbólica estabelecida entre os atores políticos, têm colocado em questão a alegada incapacidade das massas, ainda ressaltada por distintas análises. Ver, Hélio Jaguaribe. “Que é o Ademarismo?” In: *Cadernos do Nosso Tempo*. Rio de Janeiro: IBESP, n. 2, jan.-jun. 1954; Francisco Weffort. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978; Ângela Castro Gomes. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: Jorge Ferreira (org.). *O populismo e sua história. Debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

⁸²⁰ Cabe ressaltar que esta propalada imparcialidade foi válida apenas para os candidatos à presidência, já que João Goulart, concorrente à vice-presidência pelo PTB, foi alvo de uma dura oposição do *Correio Manhã* em virtude de suas ligações com o varguismo. Caso fosse conferido um mandato popular ao antigo “aprendiz de feiticeiro nas mãos do Sr. Getúlio Vargas”, seria fundamental que se estabelecessem meios para impedir que ele pudesse “voltar a controlar, com seus pelegos, o ministério do trabalho” no intuito de criar uma CGT ministerialista (CM, 02/09/1955, p. 6). De acordo com o *Correio da Manhã*, em última instância, João Goulart encarnava um projeto de governo totalitário nos moldes do peronismo na Argentina.

⁸²¹ Além das pressões deste núcleo udenista, a atmosfera golpista foi incensada por seguidas manifestações “alarmantes” de determinados membros da cúpula militar, como o Chefe do Estado Maior do Exército, general Canrobert Pereira. Cinco anos antes, então ministro da Guerra do governo Dutra, o general se manifestara seguidamente em defesa da obrigação constitucional das Forças Armadas de garantir a manutenção do regime e a realização das eleições presidenciais que elegeram Vargas, também envoltas em suspiros golpistas. Contudo, em 1955, suas atitudes demonstravam uma radical mudança de opinião. Em discurso proferido no calor das homenagens à memória do Major Vaz, ocorridas um ano após sua morte, Canrobert chegou a afirmar que o país vivia sob uma mentira democrática e uma falsa legalidade. As oligarquias que tiveram participação na morte do major não poderiam retornar ao poder, e para isto, seria necessária a união de civis e militares. “Eis-nos, agora, às vésperas de um pleito eleitoral da maior significação, que não deixará de excitar – tudo o prenuncia, e qualquer que possa ser o resultado das urnas – o eco de enormes interesses insatisfeitos e de velhos ódios recalçados, os quais, valendo-se da denuncia de fraude e

nenhum dos candidatos detinha os atributos necessários para exercer a presidência da República⁸²². Assim, concomitantemente às tentativas de impedimento da eleição, a *Tribuna da Imprensa* incentivou abertamente a abstenção em massa. Somente 15 dias antes do pleito, em um ato interpretado por Carlos Lacerda como um abandono de algumas convicções pessoais em prol do bem comum, o jornal resolveu ingressar na campanha de Juarez Távora. Em verdade, a postura adotada pela *Tribuna da Imprensa* refletia o temor que alguns setores que participaram intensamente das pressões ao governo Vargas sentiam frente à possibilidade do retorno, pelo voto, de seus antigos aliados ao governo executivo. Foi justamente a tentativa de barrar esta volta, considerada pelo jornal *Tribuna da Imprensa* como “um perigo à democracia”, que estimulou a busca de soluções legais e extralegais para se inviabilizar e desmoralizar o pleito⁸²³. Nos editoriais da *Tribuna da Imprensa*, o principal alvo de críticas era o candidato à vice-presidência pelo PTB, João Goulart, “o maior de todos os demagogos”. Suas ligações com uma “oligarquia de assassinos” impossibilitariam até mesmo sua inscrição ao pleito. A “infiltração” de elementos comunistas no PTB, “legalmente alijadas do processo político nacional”, em cargos-chave na campanha dos candidatos da coligação PSD-PTB também possibilitaria o cancelamento legal e constitucional das candidaturas⁸²⁴. Tendo como base o manifesto de apoio a Juscelino no qual o PCB estendia “fraternalmente a mão aos trabalhadores getulistas”, a *Tribuna da Imprensa* insistiu que o PCB se alinhava ao candidato pessedista com o claro intuito de assumir o controle das massas getulistas, reclamar sua volta à legalidade

ilegalidades imaginárias ou reais não tardarão a ascender o estopim da intranquilidade e da desordem nesta infeliz terra brasileira”. Apud. CM, 09/08/1955, p. 6.

⁸²² Mesmo a candidatura finalmente apoiada pela UDN foi encarada com muitas ressalvas em virtude das “negativas” alianças políticas de Juarez Távora com elementos incorporados a estrutura de poder estabelecida. O que gerou inúmeras críticas por parte da *Tribuna da Imprensa*.

⁸²³ Para exemplificar os perigos que a nação corria com o retorno da “oligarquia varguista”, a *Tribuna de Imprensa*, por diversas vezes, “relembrou” os atropelos cometidos ao longo do governo Vargas, com especial destaque para a morte do major Rubens Vaz. Por ocasião do aniversário de um ano de sua morte, assim como voltaria a fazer em outros momentos, apelou-se inclusive para a necessidade de uma intervenção militar. “Espera-se das Forças Armadas que defendam o seu país contra os seus inimigos... os que criaram o clima que permitiu o assassinato de Rubens Vaz são inimigos do Brasil. Eles farão novas vítimas. Que se espera então para impedir de voltar ao poder???” (TI, 05/08/1955, p. 4).

⁸²⁴ Os constantes ataques à “figura ratona de João Goulart” (TI, 20/09/1955, p. 4) ganharam recorrente destaque de primeira página ao longo de todo o processo eleitoral. Em um primeiro momento, Jango não poderia ser candidato; como candidato não poderia ser eleito; caso fosse eleito não deveria ser empossado. “Comunistas e janguistas preparam a subversão da ordem” (TI, 22/08/1955, p.1); “Hoje, as provas do acordo de Jango com os comunistas” (TI, 29/08/1955, p.1); “Jango explora o lenocínio” (TI, 15/09/1955, p.1); “Eis a prova da traição de Jango” (TI, 17/09/1955, p.1); “A Tribuna tem as provas da traição de Jango ao Brasil” (TI, 26/09/1955, p.1).

e conspirar contra as instituições republicanas⁸²⁵. Assim, apoiava-se no artigo 141 parágrafo 13 da Constituição, tal como fizeram em 1947, os defensores da cassação do registro do PCB⁸²⁶, para afirmar que o cancelamento das candidaturas não atentava contra o regime democrático, mas sim o protegia, em conformidade com o exposto na letra da lei, da potencial destruição inerente à infiltração totalitária comunista⁸²⁷.

É interessante notar que a *Tribuna da Imprensa* procurou sustentar na legalidade constitucional seu argumento em prol da inviabilização das candidaturas de Kubitschek e Goulart pela associação ao comunismo. De fato, já durante os debates eleitorais, o tema da legalidade ganhara relevo. Para diversos setores, um ambiente de ordem interna e de perfeito funcionamento legal seria fundamental para a promoção do desenvolvimento nacional, mola propulsora de inúmeros debates de então⁸²⁸. Neste sentido, era de suma importância a manutenção da democracia vigente e de suas normas.

De acordo com o *Correio da Manhã*, a persistência de uma atmosfera “golpista” e de incertezas políticas afetava as importações e as exportações e contribuía para a criação de um “clima favorável à intervenção do estado no

⁸²⁵ Os efeitos do apoio do PCB à candidatura Kubitschek-Goulart foram minimizados pelo *Correio da Manhã*. Para o jornal, os comunistas se encontravam em número muito pequeno e seu eventual apoio seria insignificante para qualquer candidato. Ainda assim, além de todo candidato ter a obrigação de arregimentar o maior número de simpatizantes possível, os comunistas, enquanto cidadãos, tinham o direito de apoiar quem eles quisessem. Afirmar o contrário nada mais era do que um artifício golpista. “Ao pretexto comunista, isto é, ao perigo que representa às instituições democráticas o voto de quatrocentos ou quinhentos mil comunistas num dos candidatos, tendo em vista um eleitorado de quinze milhões. Isto evidentemente vai além do bom senso e do equilíbrio” (CM, 04/09/1955, p. 2). Esta situação se mostrava ainda mais absurda, simplesmente pelo fato de que, como partido, os comunistas não teriam qualquer interesse em uma eleição, mas sim em um golpe que conduzisse a nação a um clima de confusão e conflito. Assim, se abririam as portas para o seu avanço no seio da nação. “Os maiores interessados no golpe são os comunistas... a supressão dos direitos e liberdades de toda uma nação que não é comunista” (CM, 09/09/1955, p. 6).

⁸²⁶ Cf, cap. 5, p. 334.

⁸²⁷ Em verdade, o texto do manifesto comunista não somente se dirigia às massas getulistas, mas aos “patriotas e democratas dos outros partidos” (UDN, PSB, PSP, PL), para se somar à luta em defesa das liberdades democráticas e da melhoria das condições do povo, insistindo em temas como reforma agrária, defesa da manutenção nacionalização do petróleo, da independência nacional e da paz entre os brasileiros. “Através de comícios, assembleias, debates públicos, do rádio, é nosso dever esclarecer o povo, alertá-lo ante as ameaças golpistas, convencê-lo da necessidade de unir-se para a luta em defesa das liberdades e da constituição” (IP, 11/08/55, p. 1).

⁸²⁸ Apesar de ser visto sob diferentes aspectos, era opinião consensual que o desenvolvimento econômico se constituía na grande saída para que o país encontrasse a paz social e o equilíbrio econômico. Interpretado naquele momento como vinculado ao processo de industrialização, o desenvolvimento seria de vital importância para que o Brasil pudesse figurar entre as grandes nações do mundo. Todos os benefícios sociais só poderiam existir se viessem atrelados a ele. Ciente da relevância deste debate, Juscelino Kubitschek apresentou a crescente busca do desenvolvimento nacional a partir de forte investimento na indústria como seu principal projeto.

domínio econômico” (CM, 27/08/1955, p. 6)⁸²⁹. *Última Hora* também criticou insistentemente a criação de um ambiente de crise política, que poderia indicar uma aparente fragilidade da legalidade constitucional democrática. Para o jornal, esta atmosfera vinha gerando dúvidas e vacilações entre os investidores, o que acabava por retrair o mercado⁸³⁰. Era a confiança dos meios produtivos nacionais e dos investidores internacionais na ordem democrática que possibilitaria a criação de novos negócios e investimentos em benefício do desenvolvimento nacional⁸³¹. A *Tribuna da Imprensa* também entendia a importância do desenvolvimento e do progresso nacional. Contudo, ao contrário do que sustentou com relação à associação entre Kubitschek e comunistas, o jornal defendeu que a legalidade vigente não poderia dar respaldo a um efetivo processo de desenvolvimento. Sem a “preparação inicial” de uma reforma constitucional, este já começaria de forma distorcida. Diante da profunda crise política, social e econômica vivida pelo Estado brasileiro, somente um regime de emergência, com um executivo forte, poderia corrigir os defeitos da democracia nacional e preparar o caminho para o futuro. Em verdade, ao condenar a associação ao comunismo a partir de princípios legais, a *Tribuna da Imprensa* parece não se remeter apenas à lei escrita e, portanto, positiva, mas sim à defesa de uma legalidade “fundamental”, capaz de estancar a deterioração das instituições políticas nacionais e do constante desrespeito aos valores morais inerentes à sociedade brasileira. Mesmo argumento foi utilizado por seus editoriais ao se insistir na ideia de que a nação se desencantara com as leis vigentes, por não se mostrarem capazes de retirar do poder uma oligarquia que fazia uso de seus privilégios para sugar as riquezas do país.

⁸²⁹ É interessante notar que a defesa da manutenção da legalidade democrática sé deu por órgãos que propunham distintos caminhos para a economia brasileira. Nesta citação, o *Correio da Manhã* defende seu discurso liberal, em prol de uma menor intervenção do Estado na economia, então bloqueadora de investimentos particulares. Para se realizar uma reforma no modelo econômico nacional e adaptá-lo ao pensamento proposto pelo jornal, exigia-se “um ambiente de ordem, de segurança, de confiança no regime e na legalidade... ligado à estabilidade política – está o destino econômico do país... [se ficar a mercê dos agitadores golpistas] este país se transformará em um acampamento de ciganos” (CM, 27/08/1955, p. 6).

⁸³⁰ “Os bancos deixaram de operar, o crédito sumiu... e os produtores vacilam sobre se continuam a trabalhar ou devem aguardar melhor atmosfera” (UH, 27/08/1955, p. 4).

⁸³¹ “Dentro da ordem democrática é que o Brasil poderá prosseguir na sua marcha no sentido de verdadeira emancipação econômica, da exploração do ponto de vista do interesse nacional das riquezas do subsolo, da aplicação de seu parque industrial, da reforma de sua velha estrutura agrária”. Idem.

Quando numa nação os ilegais defendem a legalidade e os defensores da legalidade são acusados de ilegalismo, torna-se imperativo concluir que a subversão dos valores, a deformação dos conceitos já chegou a tal ponto que ou se enfrenta a crise por todos os meios, e com um sentido de urgência ou se caminha para a desagregação (TI, 05/09/1955, p. 4)⁸³².

Para a *Tribuna da Imprensa*, todo o caminho já percorrido pela democracia nacional se encontrava corrompido pela fraude, pela corrupção e pelo poder das oligarquias. Defender o regime e o pleito eleitoral naquelas condições seria uma atitude de “democratas-mirins”, “democratas da boca para fora”. Uma “verdadeira” e “autêntica” democracia era “o regime dos melhores: nunca o dos ladrões e dos demagogos. Por exigir pressupostos de ordem moral, a democracia impõe uma sanção aos maus governos – a derrota eleitoral. Aqui o que se vê é exatamente o oposto. Eles se eternizam no poder, pois fazem dos cofres públicos e do engodo as almas de sua política continuísta” (TI, 02/08/1955, p. 4). Desde o governo Vargas, uma oligarquia de demagogos em busca de seus próprios interesses “deseducava” o povo para que votasse em desacordo com sua própria consciência. A democracia era um governo que emanava da vontade do povo, mas quando este povo votava sem saber que estava sendo enganado, construía uma “democracia de mentira” (TI, 02/08/1955, p. 4). Em editoriais assinados, Carlos Lacerda entendia que a democracia não passava de um meio para se atingir o fim último que era o bem comum. Este se baseava em princípios éticos e morais do convívio social. Sendo assim, a defesa intransigente, sem a correção de seus defeitos, de uma democracia construída para manter no poder os antigos elementos dirigentes de uma ditadura era um erro. Um verdadeiro e puro processo democrático só poderia se reiniciar após a implantação de um regime de emergência e a “desintoxicação” das instituições⁸³³. O editorialista ressaltou

⁸³² “Convém, em todo caso, que a nação grave, desde já, o nome dos responsáveis pelo que lhe vai acontecer... Falam em “legalidade”, mas não dizem como fazer para evitar que ela destrua a república, a democracia e a própria nação” (TI, 11/08/1955, p. 4).

⁸³³ “Assim, desde que a democracia em determinadas circunstâncias demonstre não poder alcançar o bem da coletividade, que é a finalidade de qualquer governo, [este] venha a ser alcançado, mediante um estado de emergência transitório” (TI, 25/08/1955, p. 4). A adoção deste estado de emergência era entendida por Carlos Lacerda como um “contragolpe” para liberar o país, pois o verdadeiro golpe era a realização das eleições nas condições que se apresentavam. Quanto a seu formato, o editorialista chegou a publicar um “esquema básico” que carecia apenas do trabalho dos entendidos; “1- Parlamentarismo com garantia de estabilidade do gabinete sem que este seja formado necessariamente por membros do parlamento; 2- Estatuto dos partidos políticos extinguindo aqueles que tenham obtido menos de 1 milhão de votos; 3- Revisão imediata do alistamento eleitoral; 4- Reforma judiciária; 5- Separação entre o Banco do Brasil e o estado. Reforma bancária; 6- Declarar em recesso até janeiro o Congresso quando então serão convocadas

ainda que as decisões majoritárias, ocorridas em um regime carregado de falhas, nem sempre seriam justas, pois poderiam incluir a cassação do direito das minorias (TI, 04/09/1955, p. 4)⁸³⁴.

A partir deste artigo de Carlos Lacerda, é possível se derivar outra discussão que se considera de grande relevância para esta Tese. Ao realçar a necessidade de garantia dos direitos das minorias, o autor parte para uma análise que se insere em uma concepção de democracia na qual se deveria combater uma participação “inconsciente” do eleitor no pleito e o uso das massas “manipuladas” para se tiranizar as parcelas conscientes da população visando a perpetuação no poder. A *Tribuna da Imprensa* insistia na necessidade do estabelecimento de uma “democracia de uma parte **consciente e numerosa do povo** que vive sob a ditadura de uma maioria ainda despreparada e sistematicamente, há 25 anos, treinada para atuar em sentido errado, contra os seus interesses, de modo irracional, segundo seus instintos” (TI, 05/08/1955, p. 4, grifo meu)⁸³⁵. Cinco anos antes, ao longo dos debates em torno do pleito presidencial de 1950, a maioria das análises dos jornais reforçou uma distinção entre povo e elites. Em 1955, embora o discurso acerca das bases do modo de vida democrático já incorporasse novos usos e sentidos à noção de povo, tais interpretações ainda se mostraram presentes. Augusto Frederico Schmidt, um dos colunistas de maior destaque no *Correio da Manhã*, insistia em atribuir às elites o papel de condução das massas⁸³⁶. Ainda

as eleições à Assembléia Constituinte; 7- Entrega do gabinete parlamentar a uma [junta militar] (TI, 18/08/1955).

⁸³⁴ Neste mesmo editorial, Carlos Lacerda tentou sustentar seus argumentos a partir das reflexões acerca da noção de democracia realizadas por Joseph Schumpeter. “Quanto ao argumento dos legalistas... de que as decisões da maioria devem ser sempre respeitadas, não é democrático... Hitler, na Alemanha, levado ao poder pela maioria, decidiu liquidar os judeus. Contra essa decisão majoritária levantou-se a consciência do mundo. Schumpeter, em seu livro ‘Capitalismo, socialismo e democracia’ pergunta se serão justas todas as decisões majoritárias, ainda que incluam a cassação dos direitos das minorias e os atentados contra a dignidade e a liberdade dos homens”. (TI, 03-04/09/1955, p.4). Além da despropositada comparação entre a Alemanha de Hitler e a cena política brasileira de então, a referência a Schumpeter, também se mostra enviesada, já que o teórico austríaco, em suas reflexões, em nenhum momento propôs qualquer ação que fugisse à legalidade e à “normalidade” dos processos democráticos como solução para impossibilidade de afirmação da opinião racional do povo ou para correção de eventuais “defeitos” da democracia. Contudo, a alusão ao autor parece ter o objetivo de tentar legitimar um modelo de democracia reticente à atuação das camadas populares na política. Cf, p 33-35

⁸³⁵ Avançando nesta reflexão, o jornal chega ao ponto de afirmar que, caso contrário, viver-se-ia um “fingimento de democracia” que era mais prejudicial à sociedade que a própria ausência de democracia.

⁸³⁶ Poeta, empresário de sucesso, editor e crítico literário em jornais desde os anos 30, Schmidt era um liberal defensor da abertura do país aos investimentos estrangeiros, que se via como legalista e defensor da manutenção dos princípios constitucionais. Ligado a movimentos católicos mais à direita, tal como o afirmado pelo próprio, Schmidt participou ativamente do debate eleitoral de

assim, procurou apontar para a necessidade do abandono das ideias então defendidas pelas elites brasileiras rumo a uma maior compreensão das reais necessidades do povo. Para o colunista, o povo sabia o que queria, mas não sabia dizer, enquanto as elites sabiam dizer, mas não sabiam o que queriam. Neste sentido, era fundamental o abandono das infundáveis discussões teóricas em prol da real atuação política⁸³⁷. Contudo, este viés interpretativo foi matizado nas análises da *Tribuna da Imprensa*. Em detrimento à noção de elite, como se pode verificar na citação acima, o jornal apostava na ação do “povo consciente”. O fato de se relegar ao segundo plano o termo “elite”, não é de menor importância. Uma vez que a expressão, tal como formulada pelos teóricos antiliberais do início do século, invariavelmente remete a ideia de uma “minoría”, ou uma “classe superior”, presente em toda e qualquer sociedade. Detentora do poder político e econômico, a elite monopolizaria o controle das funções públicas do Estado, em contraposição a uma grande maioria incapaz, por ela dirigida⁸³⁸. Neste sentido, em um cenário de ampliação da participação popular, a expressão “povo consciente” certamente tem um tom mais “democrático” e menos “conservador”, incorporando todo o conjunto da sociedade. Embora excludente, a associação à ideia de “consciente” não cria uma barreira inexpugnável, uma vez que a “consciência” poderia ser atingida, ou conquistada, por todos, através da educação ou da vivência da experiência democrática. Da mesma forma, à parcela “desqualificada” e “inconsciente” do eleitorado o jornal relega o atributo de massa. “Impõe-se agora, **a vitória do povo sobre a massa**. O povo é tiranizado pela ditadura das massas que, por via eleitoral, hoje, como ontem, pelo peleguismo e suas ramificações peronistas trata de se apoderar do poder para realizar seus intentos (TI, 20-21/08/1955, p.4, grifo meu). Neste texto, assinado por Carlos Lacerda, a massa pode ser interpretada como o povo amorfo, inconsciente, manipulado pela propaganda demagógica e que ainda não havia se

1955, publicando 25 colunas nos dois últimos meses antes do pleito, número que indica claramente sua intenção de imiscuir-se no debate, considerando-se que sua periodicidade “normal” era de duas colunas por semana. Para maiores detalhes biográficos ver, Vera Calicchio. Augusto Frederico Schmidt. In: Alzira Alves de Abreu et alli (coord). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2001, Volume V, p. 5359-5332.

⁸³⁷ Segundo o autor, no Brasil, desde a “República Velha” existiam doutores demais e poucos homens de ação. “O golpe deve ser dado no sentido em que, enfim, se verifique a integração das elites na realidade. Não é possível que continue o povo indefinidamente mais adiantado do que seus condutores, o povo mais lúcido, mais, capaz, mais sensível às realidades do que as elites” (CM, 16/09/1955, p. 2)

⁸³⁸ Cf. p. 32-33

elevado à condição de cidadão consciente. Incapaz de definir corretamente as suas opções e preferências políticas, a massa acabava por tyrannizar as parcelas minoritárias e conscientes da população. Destas análises percebe-se que, ainda que de maneira imprecisa, nem sempre clara e sem qualquer refinamento teórico, a discussão apresentada pela imprensa passava a operar a partir de um novo par conceitual oposto, não mais calcado na dicotomia elite - povo, mas sim na distinção povo – massa.

Voltando às tentativas da *Tribuna da Imprensa* de desqualificar o processo eleitoral que se avizinhava, nota-se que, naquele momento, a despeito da veemência de seus artigos, sua posição não tinha repercussão nos outros jornais aqui pesquisados, que, em contrapartida, realçavam que entendimentos como os do jornal de Carlos Lacerda eram claramente minoritários. Além de alertar para o oportunismo dos “partidários do golpe”⁸³⁹, *Última Hora*, por diversas vezes, fez questão de destacar que:

Todas as forças representativas da nação já se manifestaram rechaçando a aventura do golpe... Todos os partidos, inclusive a UDN... A exceção de “O globo”, todos os jornais de grande circulação combatem... Contra tal aventura política até os sindicatos operários e as organizações representativas das classes conservadoras. Nas escolas erguem-se em sentido condenatório as vozes dos mestres. Os estudantes também estão contra. Os líderes do pensamento filosófico... Os juristas... As Forças Armadas... A igreja condenou nitidamente o caminho da extra-legalidade (UH, 17/08/1955, p. 4).

Seguindo o mesmo caminho, o *Correio da Manhã* afirmou que “os sentimentos legalistas são os de toda a nação e constituem a inalterável vocação do povo brasileiro” (CM, 06/09/1955, p. 6). Qualquer pensamento vinculado a uma possível subversão da ordem provinha de desorientados, que não compreendiam o tempo que estava sendo vivido. Para o jornal, esta democracia desse novo tempo ainda não era a ideal. Forjada no seio da “ditadura estadonovista”, a democracia brasileira dava seus primeiros passos. Contudo, só com o exercício constante do voto, a nação brasileira poderia chegar ao nível das grandes democracias do mundo. O *Correio da Manhã* valorizava o estabelecimento de instrumentos capazes de aperfeiçoar o regime e, por diversas vezes, publicou editoriais de cunho “didático”, instruindo o eleitorado acerca da

⁸³⁹ “Falam eles, ainda em nome da liberdade e de uma AUTÊNTICA democracia, mas sabemos que uma vez dominando o poder, acabariam com quaisquer considerações em face das liberdades individuais... teríamos um Thermidor!” (UH, 03/08/1955, p. 4, grifo do jornal).

lei eleitoral, do funcionamento do processo eletivo e das devidas atribuições dos Poderes da República – Legislativo, Judiciário e Executivo – em cada fase deste processo. Em meio a este debate, que se reforçou ao longo do processo de aprovação da cédula única, ressaltava que o mais importante era o exercício do voto.

Desejamos que a lei eleitoral seja executada da maneira mais escrupulosa... nela incluída a cédula oficial. Mas iremos às urnas com a lei eleitoral que o Congresso votar e estabelecer em definitivo, seja qual for, ainda que discordemos de alguns de seus aspectos... Só o Congresso é o Poder legítimo e soberano para fazer a lei eleitoral... só a Justiça Eleitoral [tem o poder de executá-la em todas as suas fases]... Sem isto, a legalidade se tornaria uma simples ficção, e o regime passaria a ser uma mera sombra – tudo ao alcance de aventuras golpistas e de intervenções militares (CM, 02/08/55, p. 6).

De acordo com o *Correio da Manhã*, a tentativa, ainda que restrita, de se utilizar “falsos pretextos” para cooptar apoio para uma invernada antidemocrática que inviabilizasse o pleito, não só ameaçava o exercício do voto, como feria a Constituição vigente, colocando em risco o processo de desenvolvimento democrático da nação. “Tudo o que de grande e heroico é necessário fazer para transformar o Brasil numa nação, e construí-lo como tal, depende fundamentalmente da sobrevivência do regime” (CM, 30/09/1955, p. 3)⁸⁴⁰. Regime este pautado no inegociável respeito a cinco pressupostos básicos: manutenção integral e indivisível da Constituição de 1946, adiando qualquer projeto de reforma para um momento alheio ao ambiente eleitoral; autonomia total para o Legislativo para votação da lei eleitoral e respeito a suas determinações; respeito às decisões do Judiciário, o que implicava em sua total competência e autoridade para julgar “matéria de fraude”, acolher recursos, requisitar auxílio das Forças Armadas e decidir sobre a posse dos candidatos; estrito cumprimento do calendário eleitoral, ou seja, confirmação da data das eleições, inadiáveis sob qualquer pretexto; manutenção das liberdades públicas e individuais que foram conquistadas pela nação, “não admitiremos que nenhuma delas seja suprimida, limitada ou suspensa. Nada de estados de sítio, nem de estados de emergência” (CM, 28/08/1955, p. 6).

⁸⁴⁰ Neste ponto, o *Correio da Manhã* voltava a insistir na ideia de que somente um regime plenamente democrático e constitucional poderia garantir o desenvolvimento econômico nacional, único meio de se alcançar a plena soberania. Somente com o desenvolvimento econômico, a nação brasileira assumiria uma condição de independência no jogo político internacional.

Seguindo caminho similar, *Última Hora* também valorizou a participação popular no pleito e sua importância para a manutenção do regime democrático. “O voto passa a ser assim uma arma de defesa da legalidade e do regime constitucional vigente. O voto será a arma de combate contra a ditadura, com que pretendem aniquilar nossa liberdade” (UH, 13/09/1955, p. 4). De acordo com o jornal, a deseducação das massas, em alguns casos, de fato poderia conduzir a erros. Contudo, naquele momento, a nação, aí incorporando-se toda a população habilitada a votar, já estaria plenamente consciente de seus direitos e de sua capacidade de transformação da realidade social. “O povo quer, impõe a continuação da obra de pacífico aprimoramento das instituições, ao mesmo tempo em que condena todos os fomentadores de agitação a serviço consciente ou inconsciente, mas sempre a serviço de interesses antinacionais” (UH, 07/10/1955, p. 4). Apresentando um viés mais otimista do que o *Correio da Manhã*, o jornal comemorava o caminho que vinha sendo trilhado pela democracia brasileira. Um de seus aspectos mais relevantes fora, fundamentalmente, o advento das massas à política e a conscientização das mesmas de que a luta democrática deveria ser a luta de toda a nação⁸⁴¹. O grande responsável pelo sucesso do regime seria o povo, que através da liderança exercida por Getúlio Vargas, entendeu que não podia se desviar do caminho da legalidade, da democracia e da defesa dos interesses da nação. Isto despertara o ódio nos “democratas de cartola” que tentavam impedir a perda de seus privilégios, através da incitação ao golpe de estado com pretextos sem o menor fundamento. “Ainda que a justiça eleitoral declare o pleito como o mais puro e o mais democrático entre todos os realizados até agora no Brasil, a fauna dos “democráticos” frustrados, desamparada da confiança popular, prosseguirá no seu intento de forçar a solução extralegal” (UH, 29/08/1955, p. 4).

Os esforços da *Tribuna da Imprensa* em tentar construir uma atmosfera que inviabilizasse as eleições, momentaneamente, se interromperam com sua adesão à campanha de Juarez Távora. No dia 20 de setembro, o jornal estampou em primeira página: “Juarez é agora o nosso comandante”. Contudo, a partir de então, embora tenha passado a exaltar as qualidades do ex-tenente e se esforçado

⁸⁴¹ “A maciça manifestação da vontade das massas através do voto depositado nas urnas em 03 de outubro próximo equivalerá a justiceiro azorrague que definitivamente expulsará do templo a turba de vendilhões que agora o degrada e o desonra” (UH, 25/08/1955, p. 4).

em buscar apoios políticos para a campanha de Juarez⁸⁴², manteve sua postura crítica com relação às instituições democráticas brasileiras e seu horizonte de possíveis reformas. Em editorial assinado, Carlos Lacerda assim definiu a sua forma de apoiar Távora.

Reservo-me o direito de continuar nossa pregação de uma reforma de emergência nas instituições nacionais se pela força da corrupção e da desordem moral e material do país não for vitoriosa, a 03 de outubro a candidatura Juarez Távora... visamos ajudar o general a vencer a batalha segundo a tática que ele preconiza: as eleições. Se esta não for vitoriosa, continuaremos como até agora, a lutar com outras táticas, mas com os mesmos objetivos, que são os da reconstrução moral e material do Brasil (TI, 22/09/1955, p. 4).

Em meio a este cenário, os comícios finais de campanha tiveram grande repercussão. Dos três candidatos mais cotados, apenas Juscelino não realizou seu comício de encerramento no Rio de Janeiro, optando por fechar sua campanha em seu estado natal, na cidade de Belo Horizonte. Contudo, um dia antes, também fizera um grande comício na capital federal. Em sua cobertura dos comícios no Rio de Janeiro, *Última Hora* procurou dar destaque à participação e à presença popular enquanto representação de força e coincidência de interesses entre candidatos e eleitores. No dia 30, em matéria de primeira página, publicou foto de meia página destacando a presença popular no encontro de Juscelino e João Goulart.

Incalculável multidão aclamou na Praça do Congresso os candidatos do PSD-PTB. JUSCELINO CARREGADO EM TRIUNFO NO MEMORÁVEL COMÍCIO DE ONTEM! Juscelino e Jango conseguiram reunir ontem, à noite, no comício de encerramento da campanha no Rio, a maior multidão já vista em “meetings” políticos nesta capital (UH, 30/09/1955, p. 1, caixa alta do jornal).

No dia seguinte, nova foto de meia página com multidão não menos entusiasmada fazia referência ao comício de encerramento da campanha de Adhemar de Barros e Danton Coelho. “A MULTIDÃO INCALCULÁVEL CONSAGROU O CANDIDATO DA FRENTE POPULAR. Na Praça do Congresso, Adhemar de Barros e Danton Coelho encontram-se com a vitória” (UH, 01/10/1955, p. 1, caixa

⁸⁴² Uma das estratégias da *Tribuna da Imprensa* foi tentar cooptar o apoio dos partidários de Plínio Salgado. De acordo com o jornal, este “homem honesto” deveria desistir de suas intenções de avaliar sua força política. Embora não tivesse qualquer chance de vitória, um apoio de Plínio à Juarez era visto como decisivo para uma eleição que se previa apertada. “Plínio... quer fazer o recenseamento de suas forças e dar uma demonstração de que as possui, na hora em que essas forças poderiam constituir a diferença entre a vitória dos ladrões e dos comunistas e a sua derrota” (TI, 22/09/1955, p. 4).

alta do jornal). Nota-se que, mais uma vez, a cobertura da campanha tanto de Juscelino quanto de Ademar buscou afirmar o caráter popular destes candidatos e sua identificação com os interesses do povo. Naquele mesmo dia, sem tanto destaque, o jornal também repercutiu o comício de encerramento de Juarez Távora e Milton Campos, afirmando que grande massa comparecera à Esplanada do Castelo para ouvi-los. No entanto, não se furtou em comentar que a maioria dos presentes era de membros da classe média e que o comício udenista fora o menor dos três realizados na capital federal.

Mantendo seu estilo editorial, o *Correio da Manhã* repercutiu os comícios na contracapa de seu primeiro caderno do dia 1º de outubro, tal como havia feito ao longo de toda a campanha. Na manhã do dia anterior, o jornal publicara que a campanha se encerrava na mais perfeita ordem. O povo iria às urnas não só para eleger candidatos, mas para dizer que “não aceita outro sistema que não seja o da ordem legal”, pois sabia que a manutenção do regime de liberdade democrática era fundamental para o desenvolvimento da nação. As alterações necessárias a este crescimento “não podem ser promovidas senão num clima de liberdade” (CM, 30/09/1955, p. 6). Do encontro de Adhemar de Barros, o *Correio da Manhã* ressaltou que o pessepista começou

recordando a vigília eleitoral que ontem se iniciou à meia noite e disse que ele fora o defensor da democracia “conseguindo pelo seu trabalho manter o regime, com a realização das eleições que já são uma realidade”... Antes das palavras finais reiterou que estendia a mão amiga a todos os brasileiros em especial a seus contentores, “cuja campanha esteve à altura dos foros de nossa democracia” (CM, 01/10/1955, p. 14).

A reportagem sobre o comício foi um dos poucos momentos da campanha de Adhemar de Barros dignos de nota positiva pelo *Correio da Manhã*. Ainda assim, os titulares da reportagem já pareciam dar o tom da cobertura: “A palavra do sr. Adhemar sob o ronco da batucada. Não sou apoiado por grupos financeiros – encerrada na praça do congresso a campanha do chefe “populista””. Ao longo do texto, a ideia de “ronco do batuque”, não parece se associar a uma possível alegria popular em receber o candidato. De acordo com o que se lê, tudo parecia estar preparado. Segundo o jornal, momentos antes do início do encontro, caminhões e carros de praça chegavam trazendo gente dos subúrbios cariocas. Contudo, a organização não funcionou e o palanque preparado para os jornalistas

foi invadido por curiosos. Os discursos foram confusos e as pessoas não se localizavam. Nas páginas do *Correio da Manhã*, transparecia a ideia de desalinho e balbúrdia, onde reinava a desordem. “Tudo aquilo, desorganizado e confuso, dava a impressão nítida do que seria um governo populista, disposto a acelerar o Brasil” (CM, 01/10/1955, p. 14)⁸⁴³. Ao denominar Ademar de “chefe populista”, tal como já o fizera ao longo de toda a campanha, o jornal certamente não procurava realçar sua proximidade com os interesses do povo. Durante o período de divulgação eleitoral, além da pouca repercussão de seu programa, o candidato recebeu duras críticas sendo pejorativamente alcunhado de “o palavrão consagrado em estilo oficial”, seu governo seria o “império da jogatina e uma cambalhota no escuro” (CM, 11/09/1955, p. 6). Ainda assim, a ideia de manipulação e de exploração das massas, posteriormente vinculada ao conceito de populismo, não estava totalmente consolidada. Ao comentar, em editorial, uma entrevista do candidato pessepista à revista *O Cruzeiro*, o jornal afirmou que “Ademair declara à revista “O Cruzeiro” possuir bens no valor de um bilhão de cruzeiros. Para um candidato que se diz “populista” é demais” (CM, 27/09/1955, p. 6). Mesmo entre os udenistas o uso do termo ainda gerava controvérsias. Em entrevista concedida ao *Correio da Manhã*, o deputado federal pela Paraíba e secretário-geral do Diretório Nacional da UDN João Agripino (PB), segundo o jornal, “autoridade mais capacitada dentro da UDN para falar em nome do partido” mencionou que “a candidatura Ademar-Danton, por mais populista que pretenda ser a sua propaganda, é apoiada por grupos econômicos que veem no candidato a segurança dos seus extraordinários lucros”, o que evidencia mais uma vez as disputas de significado em torno deste conceito.

Com relação ao comício de Juarez Távora, embora o candidato tenha se concentrado em medidas técnicas a serem adotadas e no cunho de moralidade

⁸⁴³ Ao comparar os dois comícios, o *Correio da Manhã* mencionou que: “nos comícios realizados ontem, de encerramento das campanhas dos srs. Juarez Távora e Ademar de Barros, respectivamente, na Esplanada do Castelo e na Praça do Congresso, notava-se no primeiro, a predominância nítida de bancários, funcionários, universitários e representantes das classes trabalhadoras. No último, a heterogeneidade era evidente: operários, representantes da classe média (em pequena proporção), marginais (em grande escala), e um pequeno número de pessoas das classes abastadas. Compareceram muitos estrangeiros, bem como muita gente de fora, especialmente de São Paulo. Enquanto o comício do Sr. Juarez Távora representou de fato, uma demonstração cívico-eleitoral, o do Sr. Ademar de Barros foi, realmente, um espetáculo pirotécnico, em que os morteiros desempenharam o papel principal, além do “show” da presença de artistas de rádios e escolas de samba” (Mundo Político, CM, 01/10/ 1955, p. 14).

administrativa que pretendia impor⁸⁴⁴, o *Correio da Manhã* deu destaque ao fato de que o ex-tenente concluíra seu discurso afirmando que “qualquer que seja o resultado das urnas, mesmo que sejamos derrotados, tenho a certeza de que o povo brasileiro encontrou o caminho de verdade e da democracia” (Apud, CM, 01/10/1955, p. 7). Ao reforçar que o passado de experiências revolucionárias levara Távora a concluir que o caminho pacífico da democracia era sem dúvida o melhor para o país, o jornal argumentava que o candidato e seu partido não se coadunavam com as pretensões de minoritários setores golpistas⁸⁴⁵.

Além da cobertura dos comícios de Adhemar de Barros e Juarez Távora, realizados simultaneamente, o *Correio da Manhã* publicou na íntegra o discurso de encerramento de campanha de Juscelino Kubitschek, proferido em Minas Gerais⁸⁴⁶. Sob o subtítulo “A bandeira da democracia”, o jornal inicia a transcrição da parte final do pronunciamento de Juscelino, em que o candidato realça sua resistência frente aos ataques golpistas dos “inimigos da nação” e seus esforços em prol da manutenção do regime democrático até hora do julgamento popular⁸⁴⁷. No dia anterior à cobertura sobre o comício da dupla JK-Jango no Rio de Janeiro, tido pelo *Correio da Manhã* como o maior da campanha eleitoral⁸⁴⁸, já

⁸⁴⁴ A alusão à necessidade de limpeza da política nacional foi, de fato, a tônica do comício de Juarez. Não por acaso, o jornal inicia a cobertura do encontro afirmando que “Lenços e vassouras saudaram o candidato Juarez Távora” (CM, 01/10/1955, p. 14). Em seu discurso, o candidato chegou a afirmar que “os ladrões, disse, pequenos ou grandes, ricos ou pobres, pretos ou brancos irão pagar nos lugares que os esperam: as penitenciárias” (CM, 01/10/1955, p. 7).

⁸⁴⁵ “Participou de várias revoluções e chegou a conclusão pela experiência e prática de que só as revoluções pacíficas, as revoluções sociais, são duradouras e interessam à comunidade e ao país. Foi por isso que se empenhou a fundo nesta campanha que tantos dissabores e tantas alegrias lhe trouxe” (CM, 01/10/1955, p. 7)

⁸⁴⁶ A repercussão do encerramento da campanha de Plínio Salgado se deu no dia seguinte de forma apenas pontual.

⁸⁴⁷ “Meus amigos... aqui vos trago a bandeira de nossa causa, eu a conduzi sem temor até este momento... Não a abandonei e não a baixei um só instante. Resisti aos que desejaram arrancá-la de minhas mãos, aos que desejaram humilhá-la na minha pessoa. Conservei apesar de tudo, a tudo resistindo para vir entregá-la neste momento solenemente nas mãos do povo de Minas Gerais intacta, digna, limpa... Agora nada mais posso fazer para conduzi-la a vitória final, que depende de vossa decisão... Rendo-me confiante a vontade deste povo, que me julgará de acordo com que mereço... Ei-la, a bandeira da democracia, da lei, da justiça, da liberdade e da ordem. Tomai-a e dai-lhe o destino que for melhor para nossa pátria” (Apud. CM, 01/10/1955, p. 4).

⁸⁴⁸ Em seu titulares, a cobertura informou: “imensa a multidão na Praça do Congresso”. Em texto, complementou que “O comparecimento do público foi imenso. Viam-se representações de todos os bairros e de cidades vizinhas... Várias estimativas, de diversas pessoas, das mais variadas tendências e condições, dão como média um número de cerca de cem mil pessoas presentes ao comício, o maior até hoje realizado, na presente campanha, no Distrito Federal” (CM, 30/09/1955, p. 12). No dia seguinte, ao comentar a presença de público nos comícios de Ademar de Barros e Juarez Távora, complementou: “É difícil um cálculo sobre o número de pessoas em ambos os comícios, podendo-se, entretanto, afirmar que o do Sr. Ademar de Barros foi pouco mais concorrido do que o do sr. Juarez Távora. Embora o chefe pessepista usasse de todos os meios ao seu alcance para tentar lotar a Praça do Congresso, trazendo mesmo enorme caravana de São

havia dado destaque à defesa dos princípios democráticos⁸⁴⁹. No trecho selecionado de seu pronunciamento, Juscelino Kubitschek mencionou o valor da “democracia brasileira”, realçando sua trajetória de menino pobre, trabalhador na companhia de telégrafos à formação em medicina e à condição de candidato à presidência da República. O objetivo da exposição de sua biografia era para “que os trabalhadores, como ele o foi... encarassem e vissem neste episódio um retrato da excelência do regime democrático... Só na democracia e na legalidade o povo pode encontrar bem-estar e tranquilidade” (CM, 30/09/1955, p. 3).

A ampla cobertura do encerramento das campanhas deu destaque ao reconhecimento dos candidatos dos “desejos do povo” que supostamente também se alinhavam aos princípios defendidos pelo *Correio da Manhã*. Quanto a isto, é interessante notar a forma como o jornal descreveu a participação do deputado Carlos Lacerda no comício de Juarez.

Falou o Sr. Carlos Lacerda. Falou pouco. Ficou positivado ontem que sua popularidade caiu visivelmente. Não falou em golpe. Preferiu falar em Juarez e Milton. Acentuou que pelo, seu passado, Juarez é uma garantia de que, no futuro, será o presidente moralizador de que precisamos... Apelou para o povo eleger dois autênticos democratas (CM, 01/10/1955, p. 14).

Contudo, independentemente dos esforços do *Correio da Manhã*, o destaque dado pelos próprios candidatos a um compromisso em defesa da democracia e da manutenção do regime revela a centralidade destas questões naquela disputa eleitoral e o valor destes argumentos na busca de cooptação de apoios. Indubitavelmente, não faz sentido que um candidato com pretensões de vitória em um pleito eleitoral desvalorize o processo aos seus próprios eleitores.

Como contraponto a este cenário, é interessante destacar a postura da *Tribuna da Imprensa*. Naquele mesmo dia 1º de outubro, sua costumeira cobertura política de primeira página não publicou uma linha sequer sobre o comício de Adhemar de Barros e Danton Coelho, dando destaque apenas ao

Paulo, o comparecimento de seu comício foi bem inferior ao do Sr. Juscelino Kubitschek” (CM, 01/10/1955, p. 14).

⁸⁴⁹ Ao comentar a participação dos comunistas no comício, por exemplo, o jornal evitou qualquer tipo de crítica mencionando apenas que os mesmos hastearam faixas em favor da legalidade de seu partido e da manutenção do regime. Quanto aos discursos “preparatórios”, destacou-se aqueles em defesa da democracia. Da fala do presidente do PSD, Ernani do Amaral Peixoto, extraiu que o ex-governador do Rio de Janeiro chamara Kubitschek de porta-estandarte da democracia e “responsável máximo pela sobrevivência da legalidade e pela preservação do regime constituído” (CM, 30/09/1955, p. 12).

comício de Juarez Távora. Ainda assim, o jornal continuou insistindo na desvalorização do regime democrático brasileiro. Na véspera do pleito, a despeito do pretenso recuo mencionado pelo *Correio da Manhã*, Carlos Lacerda assinou extenso editorial de capa intitulado “Reflexões na hora de votar”. Nele, em vez de ressaltar as qualidades do candidato udenista, prefere afirmar que: “as eleições vão ser fartamente roubadas... É fraude, e da pior, permitir que concorram às eleições candidatos sabidamente incapacitados, sob ponto de vista da moral pública, de exercerem cargos para os quais pleiteiam o voto popular”. Mais adiante, no mesmo editorial, assim descreve seu apoio aos candidatos de seu partido: “Nós, da Tribuna da Imprensa, temos a consciência tranquila. Até o último momento lutamos para evitar esta eleição feita na fraude e na promiscuidade... Diante do fato consumado... tomamos a única posição que nossa consciência nos permitia: a de votar em Juarez e Milton” (TI, 03/10/1955, p.1).

6.3. A garantia da posse: uma intervenção em nome da legalidade e da democracia

A realização do pleito não encerrou a polêmica com relação ao desfecho das eleições. Embora, dias antes, o *Correio da Manhã* tivesse se mostrado otimista⁸⁵⁰, no dia seguinte ao pleito, *Última Hora* já alertava para as provocações sofridas pelo candidato João Goulart e a veiculação ilegal de acusações infundadas pela *Rádio Globo*⁸⁵¹. Ainda antes da divulgação dos resultados finais, quando as parciais já apontavam para a vitória de Kubitschek e Goulart, a *Tribuna da Imprensa* afirmou que o problema das eleições foi

precisamente a **ausência da legalidade** em meio à abundância de **leis não cumpridas e não interpretadas**. Votam os incapazes de votar, em concorrência com os que preenchem os requisitos da lei. Intervém o poder econômico acumulado pela desonestidade de homens públicos que são admitidos a se candidatar em concorrência com os que não roubaram, e, pois, não podem competir em igualdade de condições com os ladrões... Urge destruir as

⁸⁵⁰ “O *fair play*, a madura educação que prevaleceu durante a campanha, deve prolongar-se no pós-eleitoral... Se a justiça eleitoral for célere e eficiente como até agora, o prélio renhido, mas educado acabará como deve acabar: num aperto de mãos” (CM, 30/09/1955, p. 6).

⁸⁵¹ “Sinais evidentes por onde, a seguir, pretendem proceder os inconformados com o processo democrático, os que pensam ainda poder rasgar a Constituição e liquidar com as normas legais em nosso país... A defesa da legalidade é assim uma bandeira em torno da qual os patriotas deverão permanecer unidos e dispostos a lutar contra qualquer aventureiro golpista, seja qual for a sua modalidade” (UH, 04/10/1955, p. 4).

oligarquias eleitorais que sugam e corroem o Brasil. **Esta é que é a obra de amor à legalidade e a democracia** (TI, 05/10/1955, p. 4, grifo meu).

O colunista atribuiu o resultado do pleito à forma como a democracia se institucionalizou no país. Forjadas ainda no Estado Novo por uma “oligarquia ávida de poder” (TI, 22/10/1955, p. 4), a democracia e a legalidade vigentes não seriam capazes de “se impor ao suborno e a corrupção” (TI, 28/10/1955, p. 4). Para ele, sem a eliminação desta oligarquia corrupta sustentada através da “já conhecida” manipulação das massas, não seria possível o estabelecimento de uma legalidade plena. Mais uma vez, o tema da incapacidade das massas eleitoras ganhava destaque, sendo utilizado para desqualificar o processo eleitoral, tendo em vista que sua “inconsciência” permitia o questionamento da legitimidade de suas decisões, assim como a legalidade em que elas se sustentavam. Esta posição não era exclusiva da *Tribuna Imprensa*, o *Diário de Notícias*, outro jornal de grande circulação reforçou este ponto de vista afirmando que grande parte do eleitorado brasileiro constituía-se de cidadãos “menos esclarecidos”, sem condições para exercer o voto. Sendo assim, a fraude estava na “substância” do eleitor e não na forma como se processaram as eleições (DN, 08/11/55, p. 4)⁸⁵². Por outro lado, ao comentar o desfecho no pleito vencido por Juscelino Kubitschek por uma diferença relativamente estreita⁸⁵³, *Última Hora* comentou que a democracia brasileira deu um exemplo de maturidade que se igualou ao nível das grandes democracias do mundo. Todo o processo fora conduzido dentro de um ambiente de total legalidade e respeito à ordem pública. “Foi-se o tempo em que com suas máscaras vistosas de democratas impávidos e suas lábias de acusadores públicos, eles ainda iludiam as massas na sua ingenuidade cívica...

⁸⁵² “A defraudação eleitoral é da substância e não da forma. Vem do alistamento deturpado por Getúlio Vargas, mantido pelo general Gaspar Dutra e que o Congresso Nacional não cuidou de depurar. São os dois milhões de eleitores desqualificados do eleitorado ‘ex-officio’ que desvirtuam e falseiam a opinião pública. Por duas vezes infringiram a derrota a Eduardo Gomes no âmbito nacional, por duas vezes a Prestes Maia em nosso Estado. E agora barram o caminho a Juarez Távora e Milton Campos. A tese certa é essa. A fraude é da substância e não da forma. Ao eleitorado do alistamento ‘ex-officio’ podemos acrescentar o constituído dos analfabetos que desenham o nome e não sabem ler... não é apenas o Sr. João Sampaio, é toda a opinião democrática do Brasil que nega a legitimidade da eleição de Jango e Kubitschek” (DN, 08/11/1955, p. 4).

⁸⁵³ Juscelino Kubitschek obteve 35,7% dos votos contra 30,2% obtidos por Juarez Távora. Adhemar de Barros, com expressiva votação, chegou em terceiro lugar com 25,8% dos votos. O antigo líder integralista Plínio Salgado completou o quadro com 8,3% dos votos. Na eleição para vice-presidente, embora João Goulart tenha alcançado uma votação mais expressiva, a diferença também fora justa. Sem atingir a maioria absoluta, Goulart obteve 44,3% dos votos contra 41,7% de Milton Campos. Danton Coelho chegou em terceiro com 14,5% dos votos. Ver, Antonio Lavareda, op. cit., p. 176.

Hoje o povo despertou” (UH, 10/10/1955, p.4). Exaltando assim a capacidade do povo brasileiro.

As tentativas de deslegitimar os resultados das eleições não se limitaram a questionamentos quanto à capacidade do eleitorado. Além de levantar suspeitas de fraude, a diferença de votos estimulou o reavivamento de uma discussão acerca da necessidade de maioria absoluta para eleição levantada por setores que pleiteavam o impedimento da posse dos eleitos⁸⁵⁴. O líder da UDN na Câmara dos Deputados, Afonso Arinos, chegou a anunciar em plenário que seu partido iria se “bater” pela impugnação do pleito em virtude da falta de maioria absoluta.

Frente a esta movimentação, *Última Hora*, defensor da posse “a todo custo”, esclareceu que a votação dividida não significava que quem não tinha votado em Juscelino necessariamente estivesse contra ele. Em editorial, argumentou que o sistema de maioria simples vigorava inclusive nas “grandes democracias” do mundo como os Estados Unidos. Logo, quem apoiava a tese “sem fundamento” da maioria absoluta era considerado um dos “empresários do golpe” em sua estratégia para o rompimento da ordem legal⁸⁵⁵. Para o *Correio da Manhã*, a posse dos eleitos era uma obrigação que atendia às normas constitucionais e às determinações legais. Neste sentido, em última instância, a posse significava a continuidade do regime democrático. O jornal ratificou que as eleições foram perfeitamente legais e as tentativas de anulação não se justificavam por uma “simples razão”:

Ninguém pode reclamar contra vícios e erros dos quais esperava-se beneficiar-se. Quando a UDN foi às eleições conhecia as regras do jogo. Se considerava viciada ou equívoca, não poderia ter concorrido ao pleito. Tendo concorrido, falta-lhe agora o mínimo de autoridade moral para alegar ou arguir contra a legitimidade das eleições (CM, 27/10/1955, p. 6.).

⁸⁵⁴ De acordo com os editoriais da *Tribuna da Imprensa* e do *Diário de Notícias*, Juscelino Kubitschek e João Goulart haviam sido eleitos pela minoria da nação. Sendo assim, sua eleição perderia a legitimidade, pois a maioria dos votantes estava contra eles. “Juscelino foi eleito com apenas 30% dos votos, não é suficiente... já que a maioria absoluta de nosso povo manifestou a vontade de o repelir” (DN, 11/10/1955, p. 4). Tal questionamento já havia sido levantado pela UDN na ocasião da eleição de Getúlio Vargas em 1950. Naquele pleito, Vargas recebera 48,7% dos votos contra 29,7% de Eduardo Gomes e 21,5% de Cristiano Machado, ou seja, uma diferença bem maior do que a conseguida por Juscelino Kubitschek.

⁸⁵⁵ “O maior argumento dos inimigos do regime democrático, esgrimido com maior uniformidade por seus ilustres escribas, e o de que o Sr. Juscelino Kubitschek teve cerca de 7 milhões de votos contra e apenas algo mais de 3 milhões de votos a seu favor... Não existem 7 milhões de votos contra ninguém. Existem em troca, tantos para Juarez, tantos para Adhemar, tantos para Plínio e tantos em branco. Somá-los, dando-lhes sentido de uma vontade claramente contra Juscelino, viola as normas mais elementares, da lógica e deturpa os mais elementares princípios jurídicos” (UH, 15/10/1955, p. 4).

As acusações de corrupção e de fraude “brandidas no ar” não encontravam consistência jurídica capaz de levá-las aos tribunais⁸⁵⁶. O argumento em favor da maioria absoluta dos votos também foi visto como absurdo, pois, obrigatoriamente, era do conhecimento de todos aqueles que participaram do pleito que a Constituição previa apenas a necessidade de maioria simples e não de maioria absoluta⁸⁵⁷.

A questão da maioria absoluta não abandonou o cenário das discussões em torno da posse em nenhum momento, porém, aos poucos, deixou de ser o mote principal dos favoráveis ao impedimento. As relutâncias de Juarez Távora e a declaração de apoio à posse dos eleitos por parte dos outros candidatos derrotados no pleito de 3 de outubro contribuíram para a tentativa de se alçar a questão do voto e apoio comunista aos candidatos da coligação PSD-PTB à condição de grande argumento dos opositores da posse. Se a pretensa participação comunista nas eleições motivou arroubos em favor de um “golpe de estado preventivo” que “limpasse” os quadros políticos nacionais de sua infiltração⁸⁵⁸, a estreita diferença

⁸⁵⁶ De acordo com Jairo Nicolau, mesmo tendo sido registradas denúncias em algumas eleições e em regiões específicas do país, nenhum analista do período considera que as possíveis fraudes tenham conseguido alterar significativamente o resultado dos pleitos após a implantação da cédula única oficial e a adoção do novo título eleitoral. Op. cit., p. 52-54. A expressão “brandidas no ar”, utilizada pelo *Correio da Manhã*, também faz referência à ampla divulgação dada pela *Tribuna da Imprensa* a um suposto “complot peronista” para o controle do país, com a participação dos candidatos da coligação PSD-PTB. Para além de comparações entre os estilos e estratégias destes políticos, as acusações se vincularam à repercussão da chamada “Carta Brandi” supostamente enviada a João Goulart pelo deputado peronista argentino Antonio Brandi. A carta relatava um crescente contrabando de armas provenientes da Argentina e revelava entendimentos entre Juan Perón e João Goulart, com o intuito de se instalar no Brasil uma República Sindicalista. As discussões em torno de sua pretensa veracidade, que presenciaram inclusive uma “missão investigativa” de Carlos Lacerda à Buenos Aires, se transformaram em elemento de pressão contra a posse dos eleitos. Logo após o pleito, por ordem do ministro da Guerra, general Henrique Lott, criou-se uma comissão militar de inquérito, presidida pelo general Emílio Maurell Filho, que ao final de uma investigação e perícia técnica, concluiu que a carta era falsa. Para uma discussão mais detalhada acerca da influencia direta do ambiente político argentino no clima eleitoral de 1955, ver, Mario Ângelo Miranda. A Deposição de Juan Perón e sua repercussão no ambiente político das eleições presidenciais brasileiras de 1955. In: *Revista Eletrônica Boletim do TEMPO*, Ano 5, Nº11, Rio, 2010

⁸⁵⁷ “Se a tese da maioria absoluta valesse deveriam perder o mandato quase todos os governadores, senadores, prefeitos e até o atual presidente da República... Advogam-na, somente os que querem subverter a ordem constitucional, espalhando o temor para colherem a ditadura” (CM, 02/11/1955, p. 6). Para reforçar ainda mais seus argumentos, o jornal reverberou uma declaração de Juarez Távora, emitida às vésperas do pleito. “Não jogo com cartas marcadas, se apelei para o pronunciamento das urnas foi porque estava resolvido a acatá-lo. Quem não sabe perder não está preparado para vencer” (CM, 26/10/1955, p. 6).

⁸⁵⁸ Como vimos, este discurso começou a ganhar corpo a partir do momento em que o Partido Comunista optou pelo retorno a uma tentativa de inserção no jogo político-partidário. Contudo,

de votos conquistada nas urnas por Juscelino Kubitschek motivou a definição da “atuação vermelha” como decisiva ao pleito. Diante desta pequena diferença, ainda que o número de adeptos do comunismo fosse pequeno, sua votação assegurava o primeiro lugar conquistado por Juscelino (DN, 08/10/1955, p. 4)⁸⁵⁹. O recurso à participação comunista como elemento motivador para o impedimento da posse dos eleitos não se fundamentou apenas em uma imprecisa avaliação quantitativa da força eleitoral de um partido que se encontrava na clandestinidade desde 1947. De acordo com a *Tribuna da Imprensa*, as eleições haviam sido ilegais por conta de sua efetiva participação no processo eleitoral como instituição organizada⁸⁶⁰. O argumento do jornal e de seu diretor, que chegou a “exigir” que a justiça eleitoral retirasse dos 20% com que “se considerava eleita candidatura Juscelino-Jango” o contingente comunista, fundamentou-se então em uma interpretação da Constituição Federal. A anulação do pleito em virtude da participação efetiva do Partido Comunista seria uma atitude em plena conformidade com a lei, e que protegeria a nação e a democracia brasileira do perigo da infiltração comunista.

A argumentação que nos contrapõem [os defensores da “legalidade democrática”] precisa ser resumida para que se lhe veja a fragilidade. Dizem eles:

1- Antes de serem comunistas, os comunistas são eleitores. Terão de votar, pois a lei os obriga. É verdade.

2- Os votos não podem ser discriminados. Seria impossível contar com os votos dos comunistas para retirá-los da apuração total. É verdade.

3- O próprio candidato da UDN declarou, com toda a solenidade, que se nele quisessem votar os vermelhos, não lhes poderia recusar os votos. É verdade também.

Este resumo que nos oferece contestação foi feito sobre o pesado editorial de hoje do “Correio da Manhã” e pode ser conferido. Apenas o editorial não diz é

seu discurso não se pautava apenas na luta pela volta à legalidade, mas sim na união das forças democráticas progressistas contra os inimigos do povo apoiados pelos EUA, orientação defendida em seu primeiro manifesto oficial, publicado após o suicídio de Vargas. “O golpe norte-americano foi dado. Pela força das armas os piores inimigos do povo conseguiram chegar ao poder... Nós, comunistas, estamos prontos a entrar em entendimento com todas as forças políticas, líderes políticos e correntes patrióticas que queiram unir-se em torno de uma plataforma democrática a fim de derrotar eleitoralmente as forças da reação e do entreguismo”. Apud, José Antonio Segatto. PCB: a questão nacional e a democracia. In: Jorge Ferreira e Lucilia de Almeida Neves Delgado, op. cit., p. 228.

⁸⁵⁹ Sendo assim, a dívida adquirida por Juscelino junto aos comunistas seria pesada demais. Estes já estavam “a reclamar a sua volta a legalidade para melhor conspirar contra as instituições republicanas” (DN, 08/10/1955, p. 4)

⁸⁶⁰ “É inequívoco que o Partido Comunista, nestas eleições, agiu exatamente como os partidos legalmente constituídos e autorizados a realizar a propaganda política... Não se há de indagar quantos votos representou a participação comunista no processo eleitoral. A sua simples participação basta para tornar fraudulento todo o processo eleitoral. Já que nele atuou como partido legal sendo ilegal” (TI, 19/10/1955, p. 4).

que não está refutando a nossa tese, mas outra qualquer, de pura invenção, que só poderia ser atribuída a tolos ou débeis mentais... Em 03 de outubro o fato que comprometeu irremediavelmente o pleito, a ponto de torná-lo nulo, não foi a votação dos comunistas. Foi a atuação do Partido Comunista como organização ostensiva, atuante, eficiente... A Constituição proíbe a organização, o registro e o funcionamento de qualquer partido político cujo programa, ou ação, contrarie o sistema democrático... O Partido Comunista... organizou... convenções para escolhas de candidatos a todos os postos eletivos, fez acordos com outros partidos, negociou compromissos de parte a parte... As eleições foram, assim, influenciadas direta, ostensiva, eficientemente pelo Partido Comunista que nelas “funcionou”, para utilizar o próprio termo da Constituição. E este funcionamento ostensivo e impune tornou nula a eleição, irremediavelmente nula, nula de pleno direito pela melhor forma da doutrina, dos praxistas, da prática judiciária (TI, 27/10/1955, p. 4).

Nota-se que o foco da discussão não é apenas o discurso do perigo comunista em si, mas sim a apresentação de mais um elemento que demonstrava a ilegalidade do processo eleitoral. Neste sentido, o argumento dos opositores da posse remetia-se à questão da legalidade, enquanto princípio fundamental do regime democrático⁸⁶¹. Entretanto, esta foi apresentada tanto pelo viés do rompimento constitucional quanto pelo apelo a uma questão moral e de princípios, que fundaria a própria legalidade. No cenário pós-eleitoral, a questão da defesa da legalidade afirmou ainda mais seu papel proeminente nos debates, revelando assim a sua força aglutinadora junto à sociedade brasileira de então. Contudo, é importante ressaltar que, naquele momento, a questão legal não pode ser entendida somente sob o ponto de vista jurídico. Enquanto os defensores da posse insistiam na ideia de legalidade como manutenção da ordem constitucional, seus opositores procuravam, por caminhos diversos, trazer a legalidade “para seu lado”.

A suposta defesa da lei estimulou setores da UDN a investir em uma “batalha judicial” que basicamente consistia em comprovar juridicamente as irregularidades praticadas durante o processo eleitoral e os “atentados” cometidos contra a legalidade democrática⁸⁶². Por outro lado, a ala mais radical do partido,

⁸⁶¹ Sobre a opção em prol da questão legal, cabe ressaltar que naquele momento o argumento anticomunista parece não se sustentar como força motivadora para obtenção de apoio contra a posse. O relativo poder de cooptação do argumento anticomunista pode ser verificado na contra argumentação dos defensores da posse. Como expõe a própria citação de Carlos Lacerda, estes não negavam a participação comunista no pleito, sustentando que, enquanto eleitores, sua atuação era perfeitamente legal e fiel ao regime democrático. Para este cenário, contribuía ainda certo arrefecimento das tensões da Guerra Fria na América Latina, vivenciado naquele período.

⁸⁶² Estes esforços foram alvo de duras críticas do *Correio da Manhã*, ao entender que a batalha judicial não se fundamentava em princípios legais ou em discussões em prol do aperfeiçoamento da democracia, mas sim no puro e simples desconhecimento da vontade das urnas e na

incensada por inúmeros editoriais da *Tribuna da Imprensa* e declarações de Carlos Lacerda, voltou a clamar pela instalação de um regime de emergência coordenado por militares, que estaria em conformidade com outra legalidade, moral e purificadora. Esta aproximaria a vontade popular da lei. Neste ponto, o conceito de povo associa-se ao “cidadão consciente”, mas também a um fundamento, uma “essência”, inerente a “todos” os brasileiros, que por natureza eram “honestos”, “cristãos” e “anticomunistas”⁸⁶³. De acordo com o jornal, frente a um quadro de “defraudação e desmoralização” da legalidade vigente que sustentava uma possível volta da “oligarquia varguista”, a democracia estaria em cheque. Neste cenário, a legalidade constitucional formal poderia ser rompida se os “desejos fundamentais da sociedade brasileira” estivessem ameaçados (TI, 04/11/1955, p.1). Uma possível ação militar, controlada pelos mesmos setores que pressionaram pela deposição de Vargas, foi assim apresentada como um ato de bravura e coragem em prol de uma justiça superior.

A possibilidade de uma solução de emergência aos poucos ganhou as páginas de outros jornais. Segundo o *Diário de Notícias*, a “batalha jurídica” enfrentava a obstrução dos setores juscelinistas. Como o resultado do processo certamente desqualificaria sua candidatura, estes reiterados “esforços” apenas revelavam um desejo de se chegar ao poder à força. Frente ao perigo que representava o esclarecimento da justiça, os partidários da candidatura PSD-PTB já preparavam “uma espécie de golpe preventivo para chegarem ao poder de qualquer modo, a qualquer preço, esmagando a tentativa normal, inerente ao próprio sistema vigente de esclarecer o que esteja obscuro e estabelecer a legitimidade dos mandatos” (DN, 28/10/1955, p. 4). Diante desta possibilidade, uma solução de emergência poderia se mostrar necessária. Ao comentar uma

contrariedade pela derrota. “Ontem queriam uma eleição legítima. Perderam a eleição, hoje defendem a usurpação... À hora mesma em que empreendem a demolição do judiciário, anunciam uma batalha judiciária, não para corrigir os defeitos do pleito, mas para alterar na medida de suas conveniências o resultado das urnas” (CM, 20/10/1955, p. 6).

⁸⁶³ Não por acaso, em paralelo a este discurso, iniciou-se uma campanha de desmoralização do Judiciário eleitoral fomentada por sucessivos editoriais da *Tribuna da Imprensa*, que o supostamente o colocava a serviço da oligarquia corrupta ligada ao varguismo. “... não merece confiança uma justiça eleitoral que preside um pleito por ela próprio considerado de antemão fraudulento... o que não posso conceber é como um corpo de juízes, que individualmente são nomes respeitáveis se reúne em ‘petit comitê’ para tolerar e consagrar a entronização do Partido Comunista e dos seus candidatos... Se nos querem esmagar como prova decisiva da vigilância cívica do espírito jurídico e da perfeita isenção da justiça eleitoral, anule a candidatura comunista... aí tem o ministro um modo rápido, eloqüente e utilíssimo de provar que estamos errados, que somos apaixonados, precipitados e injustos” (TI, 15-16/10/1955, p. 4)

grave enchente ocorrida no México em que as pessoas aguardavam por socorro no teto de suas casas, afirmou que quando o mar de lama inunda todo um país e ameaça subir a ponto de arrastar a tudo e a todos em uma pútrida correnteza, dever-se-ia agir como os mexicanos e clamar pelos helicópteros: “Que importa num caso como este, **a questão de legalidade** do modo de proceder ao salvamento coletivo? O essencial é conseguir-nos por a salvo, deixando para depois a regularização dos documentos e a observância, no que for possível, das **formalidades legais**” (DN, 06/11/1955, p. 4, grifo meu). Com esta passagem, é possível perceber que o jornal admitia o rompimento da legalidade constitucional, quando os princípios morais e os valores fundamentais da sociedade brasileira estivessem em perigo. Estes se ligavam a uma legalidade que ia além da norma escrita e “das formalidades legais” e se vinculava ao desejo e à vontade suprema do povo, sempre legal por ser a essência da própria lei. A insistência no tema da legalidade claramente procurava dissuadir aqueles que não eram favoráveis a Juscelino Kubitschek e a João Goulart, mas que defendiam a posse por acreditar que o fiel cumprimento das normas legais era fundamental para manutenção do regime democrático.

No início de novembro, a tensão política em torno da posse dos eleitos ganhou efetivamente ares de crise militar em meio à repercussão de um discurso proferido pelo coronel Jurandir Bizarria Mamede, durante o sepultamento do general Canrobert Pereira da Costa, falecido em 31 de outubro. No funeral do antigo Chefe do Estado Maior do Exército e opositor declarado à realização das eleições, em que estava presente toda a cúpula militar do país, o coronel contrariou as normas da hierarquia militar, proferindo uma oração fúnebre. Além de se posicionar contra o reconhecimento da eleição de Juscelino Kubitschek, Mamede recuperou a fala de Canrobert durante o aniversário de morte do major Rubens Vaz, afirmando que a nação brasileira vivia sob uma “pseudolegalidade” corrompida e que o sistema democrático do país era uma mentira.

Não será por acaso indiscutível mentira democrática um regime presidencial, que dada a enorme soma de poder que concentra nas mãos do Executivo possa vir a consagrar, para investidura do mais alto mandatário da nação uma vitória da minoria... Não será também pseudo-legalidade patente, aquela que ousa legitimar-se pela defesa intransigente de um mecanismo adrede preparado para assegurar em toda a sua plenitude o voto do analfabeto proibido por lei (Apud, DN, 04/11/1955, p. 4).

A *Tribuna da Imprensa* deu amplo destaque à fala do coronel. De acordo com o jornal, Mamede teria se pronunciado em nome da oficialidade brasileira, oferecendo uma síntese perfeita da situação vivida no país. Em editorial de primeira página, intitulado “A Hora das Forças Armadas”, Carlos Lacerda mais uma vez apelou para uma ação imediata, fundamentada em uma legalidade superior.

O problema agora é militar. Inútil fazer mais discursos. Quase inútil fazer novos artigos... **O amor à legalidade obriga a ver com realismo e com sentimento a urgência de uma decisão...** Esta é a hora da decisão das Forças Armadas... entre a ditadura “legal” que o Brasil corrompe e o degrada e o regime de emergência que o prepara para a conquista efetiva da democracia. (TI, 04/11/1955, capa, grifo meu)

A grave crise descrita pela *Tribuna da Imprensa* foi minimizada pelo *Correio da Manhã* que classificou o episódio como um ato de insubordinação hierárquica, que deveria ser resolvido estritamente no âmbito militar. Em editorial, definiu o discurso do coronel como uma “bizarra bufonaria”. Uma ação pontual e desesperada dos “escorpiões do golpe” no apelo a consumação de uma aventura militar e de um “putsch feito na melhor forma nazista” (CM, 05/11/1955, p. 6).

Seguindo a mesma linha, *Última Hora* cobrou uma ação imediata do governo em prol da disciplina e da manutenção da ordem legal. Como vimos, ao longo da campanha eleitoral, este jornal procurou distinguir as diversas ideias que se uniram em torno da garantia do regime, independentemente de projetos políticos. Em um de seus muitos editoriais acerca da posição política majoritária que se estabelecera no seio da sociedade brasileira, afirmou que esta se pautava da união de três correntes: “Nacionalismo, getulismo e **legalismo** fundiram-se em nossa trincheira, formaram uma trilogia que se transforma em linha mais avançada não só da luta pelos direitos populares como da luta de toda uma nação para alcançar democraticamente, incólume o período final da grande batalha da sucessão presidencial” (UH, 03/09/1955, p. 4, grifo meu). A apresentação destas correntes não somente buscou valorizar seus projetos e ideias como também teve objetivo de aglutinar forças em prol da realização das eleições. O destaque dado à noção de **legalismo** ressalta a intenção de cooptar apoios para além das “filas juscelinistas”. Como se tem mostrado, o tema da legalidade mobilizou amplos setores da sociedade naquele pleito. Particularmente entre os militares, o conceito

de legalismo era ainda mais unificador que a própria ideia de nacionalismo, que poderia remeter ao getulismo, ao nacionalismo radical ou até ao comunismo, temas polêmicos no seio dos institutos armados⁸⁶⁴. Após o suicídio de Vargas e a contundente manifestação popular que o seguiu, ocorreu uma mudança no quadro político. Diante do embate entre nacionalistas e antinacionalistas, os militares encontraram uma nova direção capaz de unificar suas correntes e ampliar suas bases de apoio: a defesa do regime constitucional e o legalismo⁸⁶⁵.

Ao longo de todo o ano de 1955, esta posição encarnou-se na figura do então ministro da Guerra, general Henrique Teixeira Lott, que, contando com o apoio de amplos setores militares e civis, procurou garantir a ordem legal e o governo constituído⁸⁶⁶. Durante o processo eleitoral, o ministro manifestou que o Exército se manteria fiel ao princípio de não intervenção. No dia 3 de outubro, colocou tropas à disposição da justiça eleitoral para garantir a realização das eleições em um clima ordeiro e pacífico. Após o resultado, sob ameaça de enquadramento nos rigores dos códigos disciplinares, insistiu que os militares deveriam evitar manifestações públicas para não aumentar a instabilidade política. Dentro desta linha de ação, já havia punido os generais Euclides Zenóbio da Costa

⁸⁶⁴ César Guimarães op. cit., p. 168.

⁸⁶⁵ João Roberto Martins Filho. *Forças Armadas e Política, 1945-1964: a ante-sala do golpe*. In: Jorge Ferreira e Lucília Delgado, op. cit., 118. Nota-se que a preferência por este conceito em detrimento da ideia de nacionalismo se dá em virtude do histórico de significados atribuídos a este último. Conforme argumenta Reinhart Koselleck, os significados inclusos em determinados conceitos por suas aplicações prévias por vezes criam obstáculos para aqueles que pretendem utilizá-los. “Todo autor precisa confrontar a relação entre os significados antecedentes de um conceito com os propósitos que ele, autor, tem em mente. É por esta razão que, em 1848, Marx e Engels não utilizaram o título “A Confissão de Fé da Liga (ou aliança) Comunista”, tal como tinham sido encarregados de fazer. Para evitar empregar estes termos luteranos (Glaubensbekenntnis, Bund) no seu título, eles escolheram um fraseado inovador: “O Manifesto do Partido Comunista”, ou “Manifesto Comunista””. Reinhart Koselleck. Uma resposta aos comentários sobre o *Geschichtliche Grundberiffe*. In: Marcelo Gantus Jasmim e João Feres Junior. *Uma História dos Conceitos: debates e perspectivas*. Rio de Janeiro: PUC-RIO: Edições Loyola: IUPERJ, 2006, p. 102.

⁸⁶⁶ O General Henrique Lott foi alçado à condição de ministro da Guerra após a posse de Café Filho na presidência, em substituição a Vargas. O ex-vice-presidente organizara um gabinete quase todo com figuras antigetulistas. Em meio a um ambiente turbulento e à agitação social posterior ao suicídio de Getúlio, a indicação de Lott, tido como avesso às questões políticas, justificava as intenções de “pacificação nacional”, propaladas pelo novo gabinete. Embora tenha assinado o manifesto dos coronéis que pedia a saída do presidente, não se envolvia diretamente nos acontecimentos, o que minimizava incompatibilidades. Assim, seu nome foi indicado na intenção de se restabelecer a unidade na maior das três Forças, o Exército. Chamado ao palácio do Catete pelo general Juarez Távora, chefe do gabinete militar de Café Filho, Lott assumiria a pasta da Guerra no sentido do cumprimento de uma missão militar. Karla Carloni. A esquerda militar no Brasil (1955-1964). In: Daniel Aarão Reis e Jorge Ferreira (Org.), op. cit., p. 284-287; Nelson Werneck Sodré. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968, p. 355-356 e Wagner William. *O soldado absoluto: uma biografia do marechal Henrique Lott*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

e Alcides Gonçalves Etchegoyen⁸⁶⁷. Caso mantivesse sua postura, medida similar deveria ser aplicada ao coronel Jurandir Mamede. A situação, contudo, envolvia aspectos específicos vinculados a uma estratégia articulada no seio do próprio governo. Como estava à disposição da Escola Superior de Guerra, a condição funcional do coronel o colocava diretamente sob a supervisão do presidente Café Filho, o que impedia sua punição imediata pelo ministro da Guerra⁸⁶⁸. A tensão aumentaria ainda mais quando o presidente Café Filho, alegando problemas de saúde oriundos uma crise cardiovascular, pediu seu afastamento do cargo antes de analisar a solicitação de recolhimento do oficial ao Exército, protocolada pelo ministro da Guerra. No dia 8 de novembro, de acordo com a ordem sucessória constitucional, foi empossado em seu lugar o então presidente da Câmara dos Deputados, Carlos Luz.

Enquanto o novo presidente não anunciava sua decisão, o caso “Mamede” já havia se tornado o principal assunto na imprensa. Para a *Tribuna da Imprensa*, a insistência do general Lott em punir o coronel era um ato político que atendia “aos interesses da oligarquia” e que causaria divisão entre as Forças Armadas. Segundo Carlos Lacerda, o pretenso legalismo apregoado pelo ministro da Guerra funcionava “como um pálio para cobrir a procissão dos sacrílegos bandidos” (TI, 03/11/1955, p. 4). Seu único objetivo era servir de pretexto para entregar o Brasil aos inimigos da democracia. Neste sentido, o pretenso “legalismo” se transformava em interferência política. “O “legalismo” do general Lott vinha a ser na prática a posse de Kubitschek nestas condições. Para isto nenhum sacrifício é pouco, nenhuma omissão é bastante” (TI, 05-06/11/1955, p. 4).

⁸⁶⁷ Tais punições então receberam o entusiasmado apoio do *Correio da Manhã*. “O general Lott exonerou ontem das funções que exerciam os generais Euclides Zenóbio da Costa e Alcides Gonçalves Etchegoyen... Determinou a decisão do ministro da Guerra, a necessidade de restaurar o princípio da disciplina que aqueles generais haviam violado. O primeiro com uma proclamação de sentido legalista, o segundo por motivos não públicos, mas evidentemente ligados às suas reconhecidas tendências golpistas... Estamos tão convictos que os pronunciamentos militares desservem o regime, até mesmo quando feitos em nome da legalidade que não hesitamos em a eles nos opor, como no caso do general Zenóbio... A quebra da disciplina interessa apenas ao café society do golpe” (CM, 19/10/1955, p. 6).

⁸⁶⁸ Nelson Werneck Sodré, op. cit., p. 365. De fato, de acordo com os regulamentos militares, a condição funcional do coronel Mamede não impediria a sua punição. Contudo, o importante é que à época este parecia ser o entendimento geral em relação ao tema. Em depoimento realizado anos depois, o próprio Lott admitiu que desconhecia os pormenores do regulamento que o autorizavam a punir o coronel sem pedir autorização ao presidente da República. “Infelizmente, não sabia que ele, apesar de estar numa função sujeita à presidência da República, pelo Regulamento Disciplinar, poderia ser punido pelo próprio ministro da Guerra.” Henrique Batista Duffles Teixeira Lott. *Henrique Teixeira Lott (depoimento, 1978)*. Rio de Janeiro, CPDOC, 2002, p. 75.

A exigência descabida e impertinente do ministro Lott é a culminação de uma longa e exasperante colaboração deste “apolítico” com os Srs. Kubitschek e Goulart. Desde os seus primeiros contatos até os pronunciamentos de um “legalismo” que só favorece aos interesses da oligarquia e não os do Brasil... o general Lott tem sido o maior esteio, o mais seguro instrumento, a mais poderosa arma do bando Kubitschek para tomar conta do Brasil (TI, 09/11/1955, p. 4)⁸⁶⁹.

Diante de tal atropelo dos limites da administração do Exército e da total dissonância com os desejos da corporação, o jornal defendeu que a única saída honrosa para o general, “um serviçal dos gregórios capaz de todas as acomodações com a consciência para melhor servir ao bando da oligarquia” (TI, 10/11/1955, p. 4), era um pedido de demissão. Esta pressão, também reforçada pelo *Diário de Notícias*, aumentava ainda mais as tensões acerca de um possível golpe que impedisse a posse, tendo em vista que o general Lott era o único dos ministros militares que era favorável à diplomacia dos eleitos.

No dia 10 de novembro, data anunciada pelo presidente Carlos Luz para a divulgação de sua decisão sobre o caso “Mamede”, em apoio à postura do ministro Lott, o *Correio da Manhã* assim abriu seu editorial:

O Brasil volta-se hoje para o Catete e espera a resolução da ordem e da legalidade... Não se quer um ato violento do Sr. Carlos Luz, bem pelo contrário, **tudo o que o país lhe pede é até muito singelo, que cumpra a lei**, restaure a disciplina militar para evitar que a insubordinação, transbordando dos quartéis, não vá bater às portas dos lares, dilacerando o país no horror da guerra civil (CM, 10/11/1955, p. 6, grifo meu)⁸⁷⁰.

Os apelos do *Correio da Manhã* não seriam escutados. No final da tarde, o presidente comunicou ao ministro Lott que não permitiria o recolhimento de Jurandir Mamede. Este se demite, alegando desrespeito à hierarquia. O presidente alegou que o discurso fora proferido no “calor da emoção”. Contudo, *Última Hora*

⁸⁶⁹ Para reforçar ainda mais as críticas a chamada “corrente legalista”, juristas ligados a grupos udenistas defenderiam que o real sentido do legalismo seria o respeito à lei positiva, mas reconhecendo a superioridade da lei natural que estava fundada na razão divina. Para eles, a simples defesa do princípio de legalidade, quando fundado em uma montagem formal, poderia converter o legalismo em um instrumento capaz de provocar o suicídio da “real” legalidade. Os reais legalistas não poderiam se pautar em uma visão reducionista do direito, que, oriunda do código napoleônico, atribuía máximo valor aos códigos escritos. Os riscos a subversão da lei natural deveriam impelir o verdadeiro legalista a agir.

⁸⁷⁰ Do dia anterior, seguindo a mesma orientação, *Última Hora* já havia afirmado que ao presidente interino caberia agir invariavelmente no cumprimento da Constituição e das regras democráticas. “Podia o Sr. Café Filho do seu leito de enfermo, com uma penada, resolver o impasse prestigiando a lei, a autoridade e a disciplina dentro das Forças Armadas. Faltou-lhe, porém, “Élan” (UH, 09/11/1955, p. 4). Assim, Carlos Luz deveria apressar-se na solução da crise militar, esvaziando as pressões dos devotos da solução extralegal e da demissão do ministro da Guerra, justamente por sua “orgulhosa lealdade à Constituição e às normas disciplinares da tropa”.

destacou que desde o princípio tudo fora parte de uma conspiração golpista. Jurandir Mamede fora particularmente escolhido para “orador golpista” com o objetivo de se criar um ambiente de conflito hierárquico que inviabilizasse a permanência de Lott no cargo. Dias antes, o jornal já publicara que o golpe de estado estava sendo pregado abertamente por “paisanos e militares”⁸⁷¹.

A notícia da demissão do ministro encontrou ampla repercussão na imprensa escrita, no rádio e na televisão, movimentando diversos setores da sociedade, inclusive os militares. Entretanto, ao contrário do que pretendiam os partidários do impedimento da posse, na madrugada de 11 de novembro, diversos oficiais generais do Exército como Odílio Denis, Azambuja Brilhante e Augusto Correia Lima articularam, sob a liderança do general Henrique Lott, o “Movimento de Retorno aos Quadros Constitucionais Vigentes”. De acordo com os próprios generais, este se constituiria em um contragolpe em defesa da Constituição, uma intervenção militar rápida e, se possível, sem sangue para retirada de Carlos Luz do governo. A demissão de Lott era uma afronta à hierarquia militar e aos brios do Exército, que abria caminho para um golpe contra as instituições no sentido de se impedir a posse do presidente eleito. Há muito já articulado por setores civis e militares, o golpe era apoiado por boa parte da Aeronáutica e da Marinha de Guerra, mas contava com muito pouco apoio popular. Assim poderia significar uma guerra civil, possibilidade que, segundo os generais, deveria ser evitada a todo custo⁸⁷². Após anunciar aos demais comandos do país sua decisão de intervir na política, as guarnições comandadas pelos generais ocuparam pontos estratégicos da capital federal como o Arsenal de Marinha, o Campo dos Afonsos e a Base Aérea do Galeão. Rádios e jornais favoráveis ao governo Carlos Luz foram cercados e proibidos de funcionar. Sem saída, acompanhado pelo ministro da Justiça Prado Kelly, pelo deputado Carlos Lacerda, pelo coronel Jurandir Mamede e o restante de sua cúpula de governo, Carlos Luz embarcou no cruzador *Almirante Tamandaré*, comandado pelo

⁸⁷¹ “O discurso do coronel Bizzaria Mamede é noticiado, num dos jornais do golpe, como uma conspiração, pois cinco coronéis teriam levado cópias para, no caso do tribuno Mamede vir a ser detido a caminho do cemitério, outros estariam em condições de fazer o mesmo discurso contra a lei. E ontem, o pasquim que isto informa, afirmava que os recursos judiciais no caso eleitoral são uma anedota de mau gosto, pois só a ação militar resolve tudo... o convite à valsa torna-se então ostensivo e de uma insensatez completa e inaudita” (UH, 05/11/1955, p. 4).

⁸⁷² Nelson Werneck Sodré, op. cit., p. 365-366 e Jorge Ferreira, op. cit., p. 323.

almirante Penna Boto, então Comandante em Chefe da Esquadra brasileira⁸⁷³. Seu objetivo era rumar para Santos e instalar um governo provisório que ofereceria resistência à ação do Exército. Ao tentar cruzar a barra da baía da Guanabara, o *Tamandaré* foi alvo de disparos de canhão vindos da costa. Ultrapassado este obstáculo, a cúpula de Carlos Luz enfrentou outro maior: o governador de São Paulo negou apoio ao presidente deposto e tropas militares já ocupavam o porto de Santos, forçando Carlos Luz a recuar e desistir de uma possível resistência. Ao retratar a “aventura” de Carlos Luz e seu grupo, que então navegavam “sem destino”, o *Correio da Manhã* publicou que; “no mar, ao léu, movimenta-se um “navio fantasma”, era o navio em que se encontrava o ex-presidente Carlos Luz, que traiu o seu mandato de representante do povo e degradou, com o mesmo ato de traição, ao regime e a legalidade, o cargo de chefe do Estado” (CM, 12/11/1955, p. 6).

A ação militar foi acompanhada de uma articulação civil no Congresso, orientada pelo líder do PSD na Câmara dos Deputados, José Maria Alckmin e pelo vice-presidente do Senado, Nereu Ramos, com a finalidade de se indicar um civil para à presidência. O sucesso nas negociações levou a indicação do próprio Nereu Ramos, que posteriormente teve seu nome sancionado pela maioria da Câmara dos Deputados para ocupar a cadeira presidencial até a data da posse dos eleitos, em uma eleição que contou com os votos contrários da UDN. Para além de um possível apoio a Juscelino Kubitschek ou a João Goulart, o argumento fundamental levantado pelos militares para a sua atitude fora a necessidade de manutenção da legalidade constitucional. De fato, no interior das Forças Armadas, a intervenção recebeu apoio de grupos distintos como o chamado Movimento Militar Constitucionalista (MMC)⁸⁷⁴ e setores mais conservadores representados

⁸⁷³ Fundador da Cruzada Brasileira Anticomunista, organização civil que visava “combater o comunismo com palavras e não atos”, Carlos Pena Boto já havia se manifestado publicamente contra a posse e corriam rumores de que para além do apoio à batalha judicial contra a mesma, já estaria articulando junto com outras autoridades da Marinha um movimento armado. Sergio Lamarão. Pena Boto. In: In: Alzira Alves de Abreu et alli., op. cit., p. 743-744.

⁸⁷⁴ Vinculado a figuras como os generais Zenóbio da Costa e Mendes de Moraes, o MMC na ocasião se propunha a “defender o regime constituído” e lutar pela “legalidade democrática” que os grupos golpistas pretendiam destruir. Ao agir como um “partido” dentro das Forças Armadas, seguia uma orientação nacionalista contrária a um projeto liberal alinhado aos Estados Unidos e incorporava a herança varguista no sentido de se lutar pela manutenção da legislação social, pela Petrobrás e pela garantia dos direitos trabalhistas. Estabelecido na Inspetoria Geral do Exército, o MMC há muito vinha a mapear a ação golpista através de boletins confidenciais, constituindo-se em “centro ativo conspirativo pela preservação do regime”. Zenóbio da Costa. Apud. Karla G. Carloni, 2007, op. cit, p. 286.

pelo general Odilo Denys, opositor ao MMC, em virtude de sua suposta orientação comunista, mas que se mostrou indignado com a quebra da hierarquia militar, evidenciada no caso “Mamede”⁸⁷⁵. Sobre este cenário, o próprio general Lott viria a afirmar anos depois. “Não existia unanimidade. Mas o que nós, militares pensamos não importa; o que importa é o que a lei estabelece. Eu agi no sentido de fazer com que a lei fosse obedecida”⁸⁷⁶. Independentemente do entendimento do ex-ministro da Guerra, alguns autores entendem que o apoio militar ao movimento se deveu mais a quebra de valores institucionais, ligados a questões hierárquicas e disciplinares, do que propriamente a uma tradição legalista do Exército⁸⁷⁷. Sem desprezar a importância destes valores, creio que a “conquista” do argumento da legalidade foi de grande relevância para a aglutinação de forças em favor da intervenção. A valorização deste discurso não necessariamente implica em uma tradição legalista do Exército, mas sim na inserção dos militares enquanto personagens ativos nos debates políticos de então, nos quais a manutenção de regime democrático e a salvaguarda dos desejos do povo, expresso nas urnas, ganharam grande relevância.

O episódio de 11 de novembro foi alvo de distintas interpretações na imprensa. Em editorial de primeira página, intitulado “Não seremos escravos de ninguém”, *Última Hora* exaltou a ação militar “encarnada” no general Lott, o “soldado do povo”. Os militares teriam atendido ao apelo popular e salvo a legalidade e o regime. “Povo e Forças Armadas irmanadas pelo mesmo ideal, salvaram hoje o país da guerra civil e da ditadura neo-fascista!” (UH, 11/11/1955, p.1). De acordo com o jornal, a ação militar se dera em conformidade com a vontade da “imensa maioria do povo”, que desejava que se mantivesse a fidelidade à legalidade constitucional e aos preceitos democráticos que determinavam a posse dos eleitos⁸⁷⁸. Para tentar demonstrar o “sentido democrático” de uma intervenção, unicamente dedicada a garantir a manutenção das normas democráticas, da Constituição e da soberania nacional, *Última Hora* exaltou o caráter pontual do controle militar e o pronto restabelecimento de um

⁸⁷⁵ Karla G. Carloni. *Forças Armadas e democracia no Brasil: o movimento 11 de novembro*. Niterói: UFF-ICHF, Dissertação de Mestrado em história social, 2005.

⁸⁷⁶ Henrique Lott. *Henrique Teixeira Lott (depoimento, 1978)*. Rio, CPDOC, 2002, p. 74.

⁸⁷⁷ Ver, Nelson Werneck Sodré, op. cit., p. 365.

⁸⁷⁸ Além destes pontos, *Última Hora* ressaltou que a ação também se dera de acordo com os interesses nacionais, pois para além de políticos ambiciosos, jornalistas paranoicos e militares iludidos, estavam por trás do golpe que se articulava contra a posse, “agentes de vorazes interesses internacionais”.

governo civil. “O general Henrique Teixeira Lott, que não quer o governo para si, mas tomou-o com uma energia invulgar, dos golpistas para restituí-lo ao povo, através de seus legítimos representantes” (UH, 11/11/1955, p. 4).

Embora a ação militar visasse garantir a posse dos eleitos conforme determinava a Constituição Federal, do ponto de vista jurídico-legal, não deixou de ferir esta mesma legalidade. No entanto, a defesa da legalidade constitucional continuou sendo apresentada como seu elemento motivador. Para o *Correio da Manhã*, a intervenção foi no sentido de impedir que se consumasse um golpe que fora gestado dentro do próprio palácio do Catete e que significava um salto na ilegalidade e na ditadura. Desta forma, “não houve assim nenhum golpe... ao contrário, o sentido deste pronunciamento foi de um antigolpe... e teve, desde logo, o apoio do Supremo Tribunal Federal, do presidente do Senado e da Câmara, além dos líderes de todos os partidos democráticos” (CM, 12/11/1955, p. 1). O presidente Carlos Luz não observou a lei ao tomar a sua decisão, perdendo assim, sua autoridade legítima. Desta forma, a “reação” militar não incorrera em qualquer ilegalidade. Recorrendo a Rui Barbosa, o jornal afirmou que “o direito de submissão dos povos, cessa nos governos, onde começar, por eles a troca da lei pelo arbítrio” (CM, 13/11/1955, p. 1).

A despeito da posição do *Correio da Manhã*, Afonso Arinos, líder da UDN na Câmara dos Deputados, definiu o episódio como uma ofensa às liberdades democráticas. Os jornais contrários à posse só começaram a se manifestar três dias depois, quando a censura foi levantada⁸⁷⁹. Segundo seus editoriais, a Constituição Federal havia sido vilipendiada e traída juntamente com os princípios republicanos essenciais a um regime democrático e o Brasil, naquele momento, vivia uma “situação de absoluta, brutal e indisfarçável ilegalidade” (DN, 15/11/1955, p. 1).

Em verdade, o combate, que não chegou a acontecer no campo das armas, voltou a ser travado no discurso e na linguagem, espaço em que as algumas batalhas começam a ser vencidas⁸⁸⁰. Os setores da imprensa que apoiaram a ação militar caracterizaram “O 11 de novembro” como uma “resistência legal”, uma

⁸⁷⁹ A *Tribuna da Imprensa* foi impedida de circular nos três primeiros dias após a intervenção militar. Já o *Diário de Notícias*, neste mesmo período, ocupou sua página editorial com anúncios e coluna em branco.

⁸⁸⁰ Como recorda Koselleck, “a relação entre as palavras e seu uso é mais importante para a política do que qualquer outra arma”. Reinhart Koselleck. *Futuro Passado: contribuição a semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006, p. 77.

“reação” com o intuito de se “garantir o fiel cumprimento das leis” não atendidas pelo presidente ao negar a solicitação do ministro da Guerra. Assim, a intervenção militar não rompera a legalidade, constituindo-se em “antigolpe”, ou um “contragolpe” patriótico que restabeleceu esta mesma. Esta medida não foi uma ação isolada, mas um “movimento”, que incorporava a reunião de diversos setores da sociedade que visavam o “retorno” à um quadro de legalidade constitucional anteriormente rompido. Não por acaso, *Última Hora* classificou o “Movimento de Retorno aos Quadros Constitucionais Vigentes” como um “instrumento da opinião pública” (UH, 12/11/1955, p. 1). Por outro lado, jornais como a *Tribuna da Imprensa* e o *Diário de Notícias* insistiram na “ilegalidade” inerente a um “ato de força” que destituía um presidente empossado dentro das normas constitucionais. Fruto de uma revolta ilegítima e de uma “rebelião de cúpula militar”, a “sedição sem fundamento” (TI, 16/11/1955, p. 1) instalara uma “legalidade armada” e um “governo de fato”, contrário à autoridade e à ordem constituída. Para a *Tribuna da Imprensa*, os objetivos do “falso movimento legalista” eram “evidentes”: “A sedição militar da noite de 11 de novembro, enfática, pleonástica e ridiculamente intitulada “Movimento de Retorno aos Quadros Constitucionais Vigentes”, foi em verdade apenas um movimento em represália ao 24 de agosto, nada mais do que isto nada menos”. (TI, 17/11/1955, p.1.). Ou seja, visava apenas reconduzir ao poder a oligarquia dele alijada, foi um “golpe do retorno da gente de Vargas” (DN, 16/11/1955, p. 4)⁸⁸¹.

Neste ponto, é interessante notar que os órgãos contrários à posse que antes procuravam demonstrar que a legalidade enquanto efetiva manutenção da norma constitucional era insuficiente para garantir aquilo que chamavam de desejo da nação, passaram a recorrer aos princípios constitucionais para criticar a intervenção militar e associá-la a uma ação ditatorial. A intervenção se afastava da vontade popular e dos princípios morais com ações de censura à imprensa, interpretadas como uma medida de cautela contra a opinião pública e a reação popular. O recurso à censura contra aqueles que eram chamados de “golpistas”, mas pegos de surpresa pelos acontecimentos, revelou que o governo se constituiu

⁸⁸¹ De acordo com o *Diário de Notícias*, o governo constituído, por meio de um arranjo legalizado às carreiras, procurava revestir-se democraticamente, mas não conseguia esconder seu espírito estadonovista. Em uma alusão a implantação do Estado Novo em 1937, classificou a ação como um “Putsch comemorativo do 10 de novembro”. (DN, 20/11/1955, p. 4).

sem a força moral com a qual todo poder se fundamenta. Embora tenha durado apenas três dias a censura, de fato era um argumento de difícil defesa.

O clima de incertezas ainda duraria por mais algum tempo. Surpreendentemente recuperado do mal de saúde que o acometera, o presidente Café Filho tentou reassumir suas funções. Encarada como “natural” pelos jornais contrários à posse de Juscelino Kubitschek, a volta de Café Filho foi rejeitada por um ultimato do general Lott em virtude de seu “envolvimento com as articulações golpistas”⁸⁸². Ainda assim, articulações em torno de sua volta ainda se mantiveram vivas. Manchetes como “Café disposto a reassumir hoje” e “Café reassume mesmo que lhe custe a vida” (TI, 21/11/1955, p.1) davam conta de que o presidente afastado retornaria a seu posto no dia 21 de novembro. Contudo, naquele mesmo dia, tropas do Exército novamente saíram às ruas e ocuparam pontos estratégicos da cidade e a frente da casa de Café Filho. Em paralelo, no avançar da noite, o Congresso votou uma moção que declarava o impedimento de Café Filho, aprovada pela maioria de 179 votos. A censura voltou a ser instaurada e, por sugestão dos ministros militares, o presidente Nereu Ramos solicitou ao Congresso autorização para instalar um estado de sítio. Aprovado no dia 23 de novembro e entrando em vigor dois dias depois, o estado de sítio se manteve até a diplomação de Juscelino Kubitschek e João Goulart como presidente e vice-presidente da República, respectivamente no dia 31 de janeiro de 1956.

O impedimento de Café Filho ainda seria alvo de críticas. De acordo com o *Diário de Notícias*, um presidente legitimamente eleito não poderia ser impedido de exercer seu legítimo direito de governo da República e tampouco ser constituído em impedimento (DN 23/11/1955, p. 3). Já a *Tribuna de Imprensa*, então se assumindo como defensor da legalidade constitucional, insistiu que a Constituição estava sendo violada e que a democracia brasileira vivenciava a triste vergonha de ter “um governo de fato atuando como se fosse expressão da legalidade” (TI, 28/11/1955, p. 4). Quando ao estado de sítio, seus propósitos

⁸⁸² “Sob o manto da volta de um presidente não se pode admitir que se instale no poder um deflagrador de crises” (CM, 18/11/1955, p. 4). Para o *Correio da Manhã*, a situação de Café Filho deveria ser encarada com estranheza. Como poderia um homem que se encontrava tão doente a ponto de não poder assinar uma simples ordem e ter que transmitir seu governo a outrem, estar, apenas três dias depois, plenamente recuperado para reassumir a presidência da República no apogeu de uma grave crise política e militar? Frente a tais desmandos e a perda total da confiança nacional, Café Filho havia se deslegitimado. Tornando-se assim “um conspirador golpista, um traidor de seu mandato ao colocar o cargo de chefe de Estado a serviço de uma trama contra a legalidade, o regime e a Constituição” (CM, 24/11/1955, p. 6).

eram impedir um presidente “eleito pelo povo” de exercer seus poderes legítimos, outorgados pela maioria. Esta medida gerou distintas opiniões mesmo entre aqueles que apoiaram a intervenção. Enquanto *Última Hora* o entendeu como um “instrumento de luta”, cercado por uma “expectativa simpática da população” (UH, 25/11/1955, p. 4), o *Correio da Manhã*, ainda que atribuisse a responsabilidade por ele aos conspiradores golpistas, interpretou o estado de sítio como um “hiato” na democracia brasileira. Ainda assim, classificou o afastamento de Café Filho como um ato político, praticado pelo Congresso “na plenitude de sua soberania” (CM, 29/11/1955, p. 3).

Como se pode notar, diversos fatores como a questão da ofensa à hierarquia militar, a reação ao argumento anticomunista ou mesmo a capacidade de articulação política de Kubitschek foram importantes para o desfecho dos acontecimentos. Entretanto, as disputas em torno da questão da legalidade e sua “conquista” por parte dos defensores da posse foram decisivas no processo de cooptação de apoio no seio da sociedade, sendo de grande relevância para a manutenção do regime democrático e a continuidade de suas normas constitucionais. Seis anos depois, como se verá, o tema voltou ao centro dos debates em nova crise política.

A proeminência da questão legal e constitucional nos debates também aponta para uma reorientação nas discussões políticas presentes na imprensa. Amplamente utilizado durante a campanha de 1950, e ainda realçado no pleito de 1955, o argumento que tentava desvalorizar a participação das novas massas eleitorais na política em função de sua irracionalidade, incapacidade, inconsciência e propensão à manipulação, além de se mostrar ineficaz do ponto de vista político eleitoral, aos poucos perdia sua força argumentativa. Como também se verá no capítulo seguinte, a crescente participação popular se transformará em um elemento valorizado por todos os grupos políticos relevantes em disputa. Neste cenário, as discussões se pautaram nas bases e fundamentos do regime democrático, nas quais o embate entre a necessidade do efetivo cumprimento de uma legalidade positiva e constitucional ou de uma lei fundamental ligada a valores morais e princípios inerentes à sociedade brasileira assumiram um papel central.